



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ

R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões

Maringá – Paraná – Cep 87.065-660

CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

<b>CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ (CISPAR)</b>
<b>UASG:</b> 460681 - CONSÓRCIO INTERM. DE SANEAMENTO DO PARANÁ
<b>Processo Licitatório nº</b> 113/2026.
<b>Modalidade Pregão Eletrônico nº</b> 13/2026.
<b>Registro de Preços nº</b> 12/2026.
<b>Objeto:</b> Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de serviços comuns de engenharia, compreendendo pintura predial interna e externa, pintura de perfis metálicos, pintura de pisos, estacionamentos e calçadas, pintura de portas de madeira, correções preparatórias, impermeabilização pontual e pequenos reparos necessários à manutenção da sede do CISPAR, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, EPIs, EPCs e demais insumos necessários.
<b>Valor Máximo da Licitação:</b> R\$ 253.822,06 (duzentos e cinquenta e três mil, oitocentos e vinte e dois reais e seis centavos)
<b>Tipo de Licitação:</b> Menor preço por grupo. Com benefícios de contratação para Micro, Pequena Empresa e MEI's.
<b>Abertura das propostas e recebimento dos lances:</b> a partir das 09:00 horas do dia 24/06/2026, no endereço eletrônico <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/">https://www.gov.br/compras/pt-br/</a> .
<b>Edital na íntegra:</b> O Edital, todas as documentações e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/">https://www.gov.br/compras/pt-br/</a> e <a href="https://cispar.pr.gov.br/">https://cispar.pr.gov.br/</a> , no link “Licitações”.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ  
R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões  
Maringá – Paraná – Cep 87.065-660  
CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 13/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS N.º 12/2026**  
**PROCESSO N.º 113/2026**  
**CONVÊNIOS N.º 4500073800 / N.º 4500073801**

O Pregoeiro do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná, designado pela Resolução n.º 10, de 23 de Janeiro de 2026, publicada na página 241 do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, torna público aos interessados que fará realizar licitação para **REGISTRO DE PREÇO**, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, representado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tudo em conformidade com as regras estipuladas nos termos da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, do Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n.º 8.538, de 06 de outubro de 2015, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio do Sistema Eletrônico COMPRASNET.

**DATA: 24/06/2026**

**HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09h (nove horas).**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)**

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

## **1. DO OBJETO**

**1.1 Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de serviços comuns de engenharia, compreendendo pintura predial interna e externa, pintura de perfis metálicos, pintura de pisos, estacionamentos e calçadas, pintura de portas de madeira, correções preparatórias, impermeabilização pontual e pequenos reparos necessários à manutenção da sede do CISPARGO, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, EPIs, EPCs e demais insumos necessários.**

1.1.1 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto, descritas no COMPRASNET (CATMAT e CATSER), e as especificações constantes do Anexo II deste Edital, prevalecerão estas últimas.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ  
R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões  
Maringá – Paraná – Cep 87.065-660  
CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

1.1.2 A licitação será conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação no item.

1.1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.2 O limite máximo total de preço será o de **R\$ 253.822,06 (duzentos e cinquenta e três mil, oitocentos e vinte e dois reais e seis centavos)**, ficando estabelecidos como limites máximos de preços para cada item os constantes no Anexo I.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 Não haverá adesões nesta Ata Registro de Preços.

### **2.2 DA VIGÊNCIA DA ATA REGISTRO DE PREÇOS**

2.2.1 A Ata terá validade de até 12 (doze) meses, a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogada conforme Art. 84 da Lei 14.133/21.

## **3. DO CREDENCIAMENTO NO COMPRAS.GOV**

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação



#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2 Este edital é de ampla participação com benefícios para Micro, Pequena Empresa e MEI's.

#### **4.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:**

4.3.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.5 Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.6.1 A vedação da participação de licitantes em consórcio na licitação se justifica pela complexidade e especificidade do objeto, que exige conhecimentos técnicos e especializados. Além disso, a formação de consórcios pode dificultar a fiscalização e a responsabilização dos participantes, comprometendo a qualidade e a eficiência do serviço prestado.

4.3.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.3.8 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.3.9 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.3.10 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.11 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.12 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.13 Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.3.14 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3.15 O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.3.16 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.3.17 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.3.18 O disposto não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.3.19 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.3.20 A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.4 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências edilícias;

4.4.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5 A falsidade da declaração de que trata os itens do Edital sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.1 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



5.10 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do item ou percentual de desconto;

6.1.2 Marca;

6.1.3 Fabricante;

6.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso e enviar junto a proposta quando solicitado o catálogo, certificado de análise;



6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6 O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

6.7 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.7.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.1.1 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

2%
----

7.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

7.15.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante através do sistema.

7.18 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.21 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.22 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna

própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.23 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.24 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.25 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.26 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.28 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.29 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.29.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.29.2 O Cispar não realizará a Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.29.3 O Cispar não realizará a avaliação do Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.29.4 O Cispar não realizará a avaliação do Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgão de controle.

7.30 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.30.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.31 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.31.1 Após a etapa de lances e verificação dos documentos anexados, o pregoeiro irá convocar o licitante via CHAT, para negociação de valores e envio de documentos faltantes, no prazo de 20 minutos para a resposta do licitante, caso não se manifeste, poderá ser considerado desistente.

7.31.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31.3 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada,

se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31.4 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA - JULGAMENTO**

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

8.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas horas) sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1 O Pregoeiro convocará o licitante para enviar os documentos, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas horas) sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8.12 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em



primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.14 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.15 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.16 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer meio admitido em lei.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.



9.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.7 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

9.8 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.9 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.10 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.11 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.12 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.12.1 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.13.1 SICAF;

9.13.2 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.13.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.13.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.13.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.13.5 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.13.6 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.13.6 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.13.7 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.13.8 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.13.9 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ  
R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões  
Maringá – Paraná – Cep 87.065-660  
CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

9.13.10 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.11 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas), sob pena de inabilitação.

9.12 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.13 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.14 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.15 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.16 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

**9.17 Habilitação jurídica:**

9.17.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.17.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.17.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta

Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.17.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.17.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.17.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.17.7 No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

9.17.8 No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.17.9 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.17.10 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **9.18 Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.18.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18.6 prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.18.8 caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

#### **9.19 Qualificações Econômico-financeiras.**

9.19.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.19.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2(dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, assinados por profissional habilitado da área contábil e o representante da empresa licitante.

9.19.2.1 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.19.2.2 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.19.2.3 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.19.2.4 Caso o licitante tenha natureza de cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.19.3 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.19.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.19.5 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.19.6 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.19.7 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.19.8 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.



9.19.9 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.20 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

### **9.21 Qualificação Técnica**

9.21.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens compatíveis com as especificações técnicas, em quantidades e prazos do edital, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado.

9.21.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados e certificados são os exigidos individualmente item a item no termo de referência, quando existirem.

9.21.3 Será admitida a apresentação de um ou mais atestados, desde que, em conjunto, demonstrem a aptidão da licitante para execução de serviços compatíveis com o objeto.

9.21.4 Os atestados deverão ser apresentados com seus respectivos ART/RRT/TRT do serviço realizado.

9.21.5 Indicação de responsável técnico habilitado, com registro regular no conselho profissional competente, que ficará responsável pelo acompanhamento técnico da execução dos serviços, pela orientação técnica da equipe e pela emissão ou assinatura dos documentos técnicos pertinentes, admitindo-se Engenheiro Civil, Arquiteto e Urbanista ou outro profissional com atribuições compatíveis perante o respectivo conselho profissional.

9.21.6 Comprovação de vínculo ou a disponibilidade do responsável técnico indicado, admitindo-se, para tanto, a apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social — CTPS;
- b) ficha ou livro de registro de empregado;
- c) contrato de prestação de serviços;
- d) contrato social, no caso de sócio da empresa;
- e) declaração de contratação futura ou termo de compromisso firmado entre a licitante e o profissional indicado, acompanhado da anuência expressa do profissional.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:



10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 10(dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

11.1.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.



11.1.2 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

#### **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

#### **15. DA ATA DO PREGÃO**

15.1 Homologado o resultado da licitação, os documentos referentes ao certame: ATA, ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, RESULTADO POR FORNECEDOR ficarão disponíveis no site COMPRASNET na aba consultas, na pesquisa com o número do pregão e UASG do órgão: 460681.

15.2 O certame é realizado pela plataforma oficial do governo, o órgão gerenciador e os licitantes participantes acessam respectivamente com o certificado digital, ao final os documentos oficiais são emitidos eletronicamente, com as respectivas classificações e lances, **não sendo necessária ao final do certame a assinatura individual de cada participante.**

15.3 Caso o licitante seja convocado à assinatura da ATA e HOMOLOGAÇÃO a Administração poderá encaminhar para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico (E-mail), para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

15.4 Quando o licitante não for convocado para a assinatura da Ata, o firmamento e pedido se darão por meio de Nota de Empenho ou instrumento equivalente, com o número, item e fornecedor registrado na Ata, para a aquisição do produto/serviço.

15.5 A recusa da Nota de Empenho incidirá na desclassificação do licitante, com as possíveis sanções previstas e o licitante subsequente será convocado para o fornecimento do produto/serviço.

15.6 A Ata terá validade de até 12 (doze) meses, a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogada conforme Art. 84 da Lei 14.133/21.

#### **16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

16.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2 O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

16.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/21.

16.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

16.5 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.



16.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.5.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.6 Na assinatura do contrato ou da ata, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata.

16.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata.

## **17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

17.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor caso contrato serão as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

18.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

19.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

## **20. DO PAGAMENTO**

20.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1 As sanções administrativas são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

## **22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

22.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

22.2 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

22.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

22.4 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;

22.5 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

22.6 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

22.7 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

22.8 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

22.9 Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

### **23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

23.1 Até 03 (três) dias **úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, no último dia útil até as **23h59:59s**.

23.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@cispar.pr.gov.br](mailto:licitacao@cispar.pr.gov.br) ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, 677, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca, CEP 87065-660, Maringá - Paraná, departamento de Licitações.



23.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

23.4 Acolhida à impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital, no último dia útil até as **16h59:59s** – Fim do horário de expediente do órgão.

23.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

23.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas através do site oficial do órgão e quando de interesse geral no Compras.gov.br e vincularão os participantes e a administração, é de responsabilidade do interessado verificar as respostas e esclarecimentos no site do Cispar e no Compras.gov.br.

## **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

24.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante

despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horários de expediente na Administração.

24.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.consorciciospa.com.br](http://www.consorcociospa.com.br) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, 677, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca, CEP 87065-660, Maringá - Paraná, departamento de Licitações, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.12.1 ANEXO I - Termo de Referência

Maringá, 12 de janeiro de 2026.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ**  
**R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões**  
**Maringá – Paraná – Cep 87.065-660**  
**CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800**

---

**VALTER LUIZ BOSSA**

Diretor Executivo

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 013/2026**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº. 012//2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 113/2026**

O presente instrumento foi formalizado com base nos levantamentos efetivados nos estudos técnicos preliminares, utilizando como parâmetro as justificativas e informações técnicas constantes do processo administrativo, com a materialização do planejamento da contratação.

Somado às presentes exigências, deverão ser observados pelos interessados em formalizar propostas todos os requisitos constantes do Edital, da Ata de Registro de Preços, do Memorial Descritivo, da Planilha Orçamentária, das composições de custos, da memória de cálculo, do cronograma físico-financeiro e demais anexos do processo.

**1. DO OBJETO**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de serviços comuns de engenharia, compreendendo pintura predial interna e externa, pintura de perfis metálicos, pintura de pisos, estacionamentos e calçadas, pintura de portas de madeira, correções preparatórias, impermeabilização pontual e demais pequenos reparos necessários à manutenção da sede do CISPAR incluindo area administrativa e laboratório de análises de água e esgoto, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, EPIs, EPCs e demais insumos necessários, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, no Memorial Descritivo, na Planilha Orçamentária e demais anexos técnicos.

1.2. A licitação será estruturada em lote único, com julgamento pelo menor preço global do lote, admitidas contratações parciais decorrentes da Ata de Registro de Preços, mediante emissão de Ordem de Serviço, contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme necessidade da Administração, disponibilidade orçamentária, programação interna e prioridades técnicas definidas pelo CISPAR.

1.3. O detalhamento estimativo do objeto, para fins de formação da Ata de Registro de Preços, é o seguinte:

GRUPO	Item	Grupo de serviços	Valor estimado
01	1	LIMPEZA E PINTURA DE PERFIS METÁLICOS , CORRIMÃOS, BRISES E GUARDA-CORPOS	R\$ 30.979,55
	2	PINTURA DE PISOS, MEIO-FIO, ESTACIONAMENTOS E CALÇADAS	R\$ 28.943,91
	3	PINTURA DE PAREDES E LAJE - INTERNAS	R\$ 82.902,09
	4	PINTURA DE PAREDES E LAJE - EXTERNAS	R\$ 75.976,73
	5	PINTURA DE PORTAS DE MADEIRA	R\$ 3.941,69
	6	CORREÇÕES DE FISSURAS, BOLHAS, MOFO, IMPERMEABILIZAÇÕES, DESTACAMENTO, ETC PARA PINTURA	R\$ 8.414,07
	7	PROTEÇÃO DE PISOS, ESQUADRIAS, MOBILIARES, ENTRE OUTROS	R\$ 3.313,20
	8	PINTURA DE MURO	R\$ 9.508,82
	9	LIMPEZA FINAL DE OBRA	R\$ 9.842,00
	<b>VALOR TOTAL ESTIMADO PARA REGISTRO DE PREÇOS</b>		<b>R\$ 253.822,06</b>

1.4. Os quantitativos registrados possuem natureza estimativa, destinando-se ao dimensionamento da Ata de Registro de Preços, não gerando obrigação de contratação integral pelo CISPAR. Os serviços serão executados conforme demanda efetiva, observados os preços registrados, os saldos disponíveis e os critérios de medição e recebimento.

1.5. Os valores previstos na planilha de referência constituem limite máximo aceitável para a presente contratação, servindo como critério de aceitabilidade das propostas. Os preços deverão abranger todos os custos necessários à execução dos serviços, incluindo materiais, tintas, massas, fundos, seladores, ferramentas, equipamentos, andaimes/plataformas quando necessários, EPIs, EPCs, mão de obra, encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, transporte, mobilização, desmobilização, proteção dos ambientes, limpeza final e destinação de resíduos.

1.6. As especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, no Memorial Descritivo, na Planilha Orçamentária e nos demais anexos constituem requisitos mínimos obrigatórios. Propostas que não atendam integralmente às especificações, ou que apresentem padrões inferiores aos estabelecidos, poderão ser desclassificadas, observadas as regras do Edital.

1.7. Integram a caracterização técnica do objeto, para todos os fins, o Memorial Descritivo, a Planilha Orçamentária, as Composições de Custos e a Composição do BDI, a ART/RRT/TRT cabível e demais documentos técnicos anexados ao processo.

1.8. Juntamente com a proposta readequada, a licitante melhor classificada deverá apresentar planilha de preços adequada ao lance final, com indicação dos quantitativos, valores unitários, valores totais, BDI, encargos sociais e demais componentes pertinentes, conforme modelo da Administração, mantendo a compatibilidade com os itens e quantitativos estimados.

## **2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO**

2.1. A contratação justifica-se pela necessidade de conservação, manutenção preventiva e recuperação das condições físicas e estéticas da sede do CISPAR, incluindo áreas administrativas, laboratoriais, externas, estacionamentos, calçadas e demais espaços de uso institucional.

2.2. A pintura predial e os pequenos reparos correlatos são medidas necessárias para preservar o patrimônio público, assegurar melhores condições de trabalho aos servidores, melhorar a apresentação institucional e evitar o agravamento de desgastes naturais decorrentes do uso, da exposição ao tempo e da ação de umidade.

2.3. A ausência de manutenção adequada pode ocasionar deterioração progressiva de paredes, tetos, portas, pisos, perfis metálicos e demais superfícies, gerando necessidade futura de intervenções mais onerosas. Assim, a contratação possui caráter preventivo e corretivo, buscando assegurar maior vida útil às instalações, padronização visual, segurança, higiene, funcionalidade e boa apresentação dos ambientes.

2.4. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela necessidade de possibilitar a execução dos serviços de forma programada e parcial, conforme disponibilidade orçamentária, necessidade administrativa, funcionamento da sede e prioridades técnicas indicadas pela fiscalização/engenharia. A Ata permitirá ao CISPAR contratar apenas os serviços efetivamente necessários durante sua vigência, mediante Ordem de Serviço, sem obrigação de contratação integral dos quantitativos registrados.

2.5. A modelagem por lote único favorece a padronização do acabamento, a compatibilidade entre materiais e etapas de execução, a responsabilidade técnica única, a organização do cronograma e a eficiência da fiscalização, sem impedir que as contratações decorrentes da Ata ocorram de forma parcial.

### **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS**

3.1. O objeto deste Termo de Referência classifica-se como serviço comum de engenharia, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste instrumento, no Memorial Descritivo, na Planilha Orçamentária e demais anexos técnicos.

3.2. Trata-se de serviço usual no mercado, executado por empresas especializadas, sem inovação técnica relevante ou complexidade que impeça a comparação objetiva das propostas, sendo adequada a adoção da modalidade Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços.

### **4. DO PREÇO**

4.1. O valor total estimado para formação da Ata de Registro de Preços é de **R\$ 253.822,06 (duzentos e cinquenta e três mil, oitocentos e vinte e dois reais e seis centavos)**

4.2. Os valores estimados foram elaborados com base em orçamento técnico da engenharia, utilizando como referência principal a tabela SINAPI 03/2026 – Paraná, com aplicação de BDI de 23,96% e encargos sociais desonerados embutidos nos preços unitários dos insumos de mão de obra.

4.3. A planilha orçamentária e seus anexos técnicos deverão demonstrar os códigos, descrições, unidades, quantitativos, valores unitários, valores unitários com BDI, valor total e demais elementos necessários à adequada formação do preço estimado.

4.4. O preço registrado servirá como limite para as futuras contratações decorrentes da Ata, que serão formalizadas conforme necessidade da Administração, mediante Ordem de Serviço, contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente.

### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**5.1. Requisitos gerais da execução:**

**5.1.1.** A contratação deverá observar as condições técnicas, operacionais, de segurança, qualidade, fiscalização, medição, garantia e responsabilidade previstas neste Termo de Referência, no Memorial Descritivo, na Planilha Orçamentária, nas composições de custos, na Ata de Registro de Preços e nas respectivas Ordens de Serviço.

**5.1.2.** A contratada deverá executar os serviços com equipe qualificada, responsável técnico habilitado, materiais adequados, equipamentos compatíveis, EPIs, EPCs, proteção dos ambientes, limpeza final, destinação adequada dos resíduos e observância das normas técnicas e de segurança aplicáveis.

**5.1.3.** A comprovação da capacidade técnica da licitante, da indicação do responsável técnico, do registro profissional e do vínculo ou disponibilidade do profissional indicado será exigida na fase de habilitação, conforme critérios estabelecidos no item 7 deste Termo de Referência e no Edital.

**5.2. Exigências para execução dos serviços:**

**5.2.1.** Os serviços serão executados na sede do CISPARGO, localizada na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martines, nº 677, Parque Industrial Mário Bulhões, Maringá/PR, CEP 87.065-660, abrangendo as áreas indicadas no Memorial Descritivo, planilha orçamentária, anexos técnicos e respectivas Ordens de Serviço.

**5.2.2.** A execução dos serviços ocorrerá mediante Ordem de Serviço emitida pelo CISPARGO, a qual deverá conter, sempre que possível, a indicação dos serviços a serem executados, o local ou área de intervenção, os quantitativos estimados, o prazo de execução, as condições específicas de acesso aos ambientes e demais orientações necessárias à adequada execução.

**5.2.3.** Os serviços deverão observar integralmente as disposições deste Termo de Referência, do Memorial Descritivo, da Planilha Orçamentária, das composições de custos, da memória de cálculo, do cronograma físico-financeiro e dos demais anexos técnicos que integram o processo.

**5.2.4.** A contratada deverá fornecer todos os materiais, mão de obra, ferramentas, equipamentos, andaimes, escadas, plataformas, EPIs, EPCs, transporte, proteção dos ambientes, limpeza final e demais insumos necessários à completa execução dos serviços autorizados.

**5.2.5.** A contratada será responsável pela destinação adequada dos resíduos gerados durante a execução, incluindo embalagens, sobras de tintas, lixas, materiais de raspagem, lonas, fitas, resíduos de reparos e demais descartes, sendo vedado o descarte irregular em áreas comuns, solo, redes pluviais, redes de esgoto ou locais não autorizados.

**5.2.6.** A execução deverá ser previamente programada com a fiscalização do CISPAR, de modo a reduzir impactos na rotina administrativa, laboratorial e operacional da sede, especialmente em áreas de circulação, atendimento, trabalho interno, laboratórios e ambientes com equipamentos sensíveis.

**5.2.7.** A contratada deverá adotar medidas de proteção dos ambientes antes do início dos serviços, incluindo cobertura ou isolamento de pisos, móveis, equipamentos, vidros, esquadrias, bancadas, luminárias, tomadas, interruptores e demais elementos que não sejam objeto de pintura ou reparo.

**5.2.8.** A contratada deverá manter o local de execução limpo, organizado e sinalizado durante toda a realização dos serviços, providenciando a remoção de respingos, manchas, poeira, entulhos e materiais remanescentes ao final de cada etapa ou sempre que solicitado pela fiscalização.

**5.2.9.** A execução dos serviços deverá observar as normas técnicas, ambientais e de segurança aplicáveis, cabendo à contratada adotar todas as medidas necessárias à proteção de seus trabalhadores, servidores, usuários, terceiros e bens públicos existentes no local.

**5.2.10.** Eventuais ajustes operacionais necessários durante a execução deverão ser previamente comunicados à fiscalização, não podendo a contratada alterar metodologias, materiais, locais de intervenção, quantitativos ou etapas sem autorização formal do CISPAR.

### **5.3. Materiais, tintas e insumos:**

**5.3.1.** Todos os materiais, tintas, fundos, seladores, massas, impermeabilizantes, texturas, solventes, acessórios e demais insumos utilizados na execução dos serviços deverão ser novos, de primeira qualidade, compatíveis com a superfície de aplicação e adequados ao uso interno ou externo, conforme o caso.

**5.3.2.** Os materiais empregados deverão atender às normas técnicas aplicáveis, às recomendações dos fabricantes e às especificações constantes neste Termo de Referência, no Memorial Descritivo, na Planilha Orçamentária e demais anexos técnicos.

**5.3.3.** As tintas, fundos, seladores, massas e demais produtos deverão ser apropriados ao tipo de superfície e à finalidade pretendida, observando-se, no mínimo, as condições de aderência, cobertura, resistência, durabilidade, acabamento e segurança compatíveis com o local de aplicação.

**5.3.4.** É vedada a utilização de materiais vencidos, danificados, adulterados, reaproveitados, contaminados, incompatíveis com a superfície de aplicação ou de qualidade inferior à prevista no Memorial Descritivo e demais documentos técnicos.

**5.3.5.** A contratada deverá armazenar os materiais de forma adequada e segura, em local protegido, observadas as recomendações dos fabricantes quanto à temperatura, ventilação, empilhamento, vedação, validade e prevenção de vazamentos ou contaminações.



- 5.3.6.** A fiscalização poderá solicitar, antes ou durante a execução dos serviços, catálogos, fichas técnicas, FISPQ, laudos, amostras, indicação de fabricante, informações de lote/validade ou comprovação de equivalência técnica dos materiais a serem utilizados.
- 5.3.7.** A aplicação dos materiais somente deverá ocorrer após a adequada preparação da superfície e, quando solicitado pela fiscalização, após a aprovação prévia dos produtos apresentados pela contratada.
- 5.3.8.** A indicação de padrão, linha, desempenho ou característica técnica nos documentos da contratação não implicará preferência por marca específica, sendo admitida a utilização de produto equivalente ou superior, desde que comprovada a compatibilidade técnica e aprovada pela fiscalização.
- 5.3.9.** Caso seja constatada a utilização de material em desacordo com as especificações, a contratada deverá substituí-lo imediatamente e refazer, às suas expensas, os serviços eventualmente executados com produto inadequado, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 5.3.10.** A aprovação de materiais pela fiscalização não afasta a responsabilidade integral da contratada pela qualidade, durabilidade, desempenho, compatibilidade e garantia dos serviços executados.
- 5.4.** Preparo das superfícies e execução da pintura:
- 5.4.1.** Antes da aplicação de qualquer material, a contratada deverá realizar a adequada preparação das superfícies, observando as condições técnicas necessárias para garantir aderência, cobertura, durabilidade e qualidade do acabamento.
- 5.4.2.** As superfícies deverão estar limpas, secas, firmes e livres de poeira, gordura, mofo, bolor, partículas soltas, eflorescências, umidade excessiva, bolhas, descascamentos, resíduos de tinta antiga mal aderida e demais contaminantes que possam comprometer a execução dos serviços.
- 5.4.3.** A contratada deverá realizar, conforme necessidade técnica e previsão no Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Ordem de Serviço, a raspagem, lixamento, limpeza, lavagem, correção de imperfeições, recomposição pontual de argamassa, aplicação de massa, fundo preparador, selador, impermeabilização pontual, textura e demais intervenções necessárias ao adequado recebimento da pintura.
- 5.4.4.** As áreas que apresentarem sinais de umidade, infiltração, mofo, eflorescência, fissuras superficiais, trincas aparentes, desagregação de revestimento ou descascamento deverão ser previamente avaliadas e tratadas pela contratada, conforme orientação da fiscalização e especificações constantes dos documentos técnicos.
- 5.4.5.** A aplicação de tintas, fundos, seladores, massas, texturas, impermeabilizantes ou outros produtos somente poderá ocorrer sobre superfícies devidamente preparadas, sendo de responsabilidade da contratada refazer, às suas expensas, qualquer serviço executado sobre base inadequada.
- 5.4.6.** As pinturas deverão observar o número mínimo de demãos indicado no Memorial Descritivo, na Planilha Orçamentária, nas composições SINAPI ou nas recomendações do fabricante, prevalecendo a solução tecnicamente mais adequada para garantir cobertura, uniformidade e durabilidade do acabamento.
- 5.4.7.** Deverão ser respeitados os intervalos de secagem, diluição, homogeneização, condições de temperatura, umidade, ventilação e demais orientações técnicas indicadas pelo fabricante dos produtos utilizados.
- 5.4.8.** A aplicação deverá apresentar acabamento uniforme, regular e compatível com o padrão exigido, sem manchas, falhas, escorrimentos, bolhas, enrugamentos, descascamentos, diferenças indevidas de

tonalidade, marcas excessivas de rolo ou pincel, contaminação de superfícies adjacentes ou qualquer outra imperfeição visível que comprometa o resultado final.

**5.4.9.** As cores, tonalidades, texturas e padrões de acabamento deverão ser previamente confirmados com a fiscalização antes da aplicação definitiva, podendo ser solicitada a execução de amostra em área reduzida para aprovação.

**5.4.10.** A contratada deverá proteger previamente as superfícies adjacentes que não serão pintadas, incluindo pisos, rodapés, esquadrias, vidros, portas, mobiliários, bancadas, equipamentos, luminárias, tomadas, interruptores e demais elementos existentes no local.

**5.4.11.** Eventuais respingos, manchas ou resíduos de tinta em superfícies não abrangidas pelo serviço deverão ser removidos imediatamente pela contratada, mediante técnica adequada, sem causar danos aos materiais, equipamentos ou acabamentos existentes.

**5.4.12.** Os serviços que apresentarem falhas de preparo, baixa cobertura, falta de uniformidade, baixa aderência, acabamento irregular ou desconformidade com o Memorial Descritivo deverão ser corrigidos ou refeitos pela contratada, às suas expensas, no prazo definido pela fiscalização.

**5.4.13.** A aceitação dos serviços pela fiscalização dependerá da verificação da adequada preparação das superfícies, da correta aplicação dos materiais, da uniformidade do acabamento, da limpeza das áreas e do atendimento integral às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, no Memorial Descritivo e nas Ordens de Serviço.

## **5.5. Máquinas, equipamentos e EPIs obrigatórios:**

**5.5.1.** A contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos, máquinas, ferramentas, escadas, andaimes, plataformas, linhas de vida, pontos de ancoragem, sinalizações, isolamentos, lonas, fitas, materiais de proteção e demais recursos necessários à execução segura, adequada e completa dos serviços.

**5.5.2.** Todos os equipamentos, ferramentas, escadas, andaimes, plataformas e acessórios utilizados deverão estar em boas condições de conservação, funcionamento e segurança, cabendo à contratada realizar inspeções prévias, manutenções e substituições sempre que necessário.

**5.5.3.** O uso de Equipamentos de Proteção Individual — EPIs e Equipamentos de Proteção Coletiva — EPCs será obrigatório durante toda a execução dos serviços, conforme a natureza da atividade, o local de execução e os riscos envolvidos.

**5.5.4.** Entre os EPIs e EPCs exigíveis, deverão ser disponibilizados, quando aplicável: capacete, óculos de proteção, luvas, calçados de segurança, máscaras, respiradores, protetores auriculares, cinto de segurança tipo paraquedista, talabarte, trava-quedas, linha de vida, cones, fitas de isolamento, placas de sinalização, guarda-corpos, rodapés de proteção, plataformas adequadas e demais equipamentos necessários à segurança dos trabalhadores e terceiros.

**5.5.5.** A contratada deverá observar integralmente as Normas Regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho aplicáveis à execução dos serviços, especialmente quando houver trabalho em altura, utilização de andaimes, plataformas ou escadas, movimentação de materiais, preparação de superfícies, lixamento, exposição a poeiras, vapores, solventes, tintas ou outros agentes de risco.

**5.5.6.** Quando houver execução de serviços em altura, a contratada deverá adotar todas as medidas de segurança cabíveis, incluindo avaliação prévia do local, utilização de equipamentos adequados, isolamento da área inferior, sistema de proteção contra quedas e disponibilização de trabalhadores capacitados para a atividade.

**5.5.7.** Toda área de trabalho deverá ser previamente isolada e sinalizada pela contratada, de forma a

proteger servidores, colaboradores, usuários, visitantes, veículos, mobiliários, equipamentos, vidros, pisos, bancadas, esquadrias e demais bens existentes no local.

**5.5.8.** A contratada deverá impedir o acesso de pessoas não autorizadas às áreas em execução, especialmente em locais com risco de queda de materiais, respingos de tinta, poeira, odor, movimentação de escadas, andaimes, plataformas ou demais equipamentos.

**5.5.9.** A contratada será responsável por eventuais danos causados a pessoas, bens públicos ou particulares em razão do uso inadequado de equipamentos, ausência de proteção, falha de isolamento, negligência na segurança ou descumprimento das normas aplicáveis.

**5.5.10.** A fiscalização poderá determinar a suspensão imediata dos serviços sempre que verificar ausência de EPIs ou EPCs, equipamentos inadequados, falta de isolamento, risco à segurança, condições inseguras de trabalho ou descumprimento das exigências previstas neste Termo de Referência, no Memorial Descritivo e nas normas aplicáveis.

**5.5.11.** A eventual suspensão dos serviços por descumprimento das normas de segurança não afastará a responsabilidade da contratada pelo cumprimento dos prazos contratuais, salvo quando houver determinação expressa e justificada da Administração em sentido diverso.

**5.5.12.** A aprovação ou acompanhamento da fiscalização não exime a contratada da responsabilidade integral pela segurança de seus empregados, prepostos, subcontratados eventualmente autorizados, servidores, usuários, terceiros e bens existentes na sede do CISPAR.

## **5.6. Equipe mínima:**

**5.6.1.** A contratada deverá disponibilizar equipe mínima em quantidade e qualificação suficientes para a execução dos serviços autorizados por Ordem de Serviço, observando os prazos estabelecidos, o cronograma físico-financeiro, a complexidade das atividades e as condições de funcionamento da sede do CISPAR.

**5.6.2.** Para cada Ordem de Serviço, a contratada deverá disponibilizar, no mínimo, a seguinte equipe operacional:

a) **01 responsável técnico**, devidamente habilitado e registrado no conselho profissional competente, responsável pelo acompanhamento técnico da execução, emissão ou vinculação da ART, RRT ou TRT, quando cabível, e orientação técnica dos serviços;

b) **01 encarregado, líder de equipe ou preposto operacional**, responsável pela coordenação diária dos trabalhos, comunicação com a fiscalização, organização das frentes de serviço, controle da equipe e adoção de providências imediatas para correção de falhas;

c) **02 profissionais executores**, com experiência compatível com pintura predial, preparo de superfícies, aplicação de massas, fundos, seladores, tintas, texturas, impermeabilizantes e demais serviços correlatos previstos na Ordem de Serviço.

**5.6.3.** A equipe mínima indicada poderá ser ampliada pela contratada, sem ônus adicional ao CISPAR, sempre que necessário para cumprimento dos prazos, atendimento ao cronograma, execução simultânea de frentes de serviço ou correção de falhas apontadas pela fiscalização.

**5.6.4.** Quando a Ordem de Serviço envolver trabalho em altura, utilização de andaimes, plataformas, escadas ou execução de atividade sujeita a capacitação específica, a contratada deverá disponibilizar trabalhadores devidamente treinados e certificados, especialmente quanto às normas de segurança aplicáveis, mantendo a documentação comprobatória disponível para apresentação à fiscalização sempre que solicitada.

**5.6.5.** A contratada deverá garantir que todos os profissionais envolvidos na execução dos serviços utilizem os EPIs e EPCs adequados, observem as normas de segurança aplicáveis e atuem de forma compatível com a natureza dos ambientes da sede do CISPAR, especialmente em áreas administrativas, laboratoriais, de circulação e atendimento.

**5.6.6.** A fiscalização poderá solicitar a substituição de profissional que descumpra normas de segurança, execute serviços de forma inadequada, utilize materiais indevidamente, comprometa a qualidade da execução, cause danos ao patrimônio, desrespeite servidores, colaboradores ou usuários, ou prejudique o regular andamento dos serviços.

**5.6.7.** A substituição de profissional, quando solicitada pela fiscalização, deverá ocorrer sem ônus adicional ao CISPAR e sem prejuízo dos prazos estabelecidos na respectiva Ordem de Serviço, salvo justificativa aceita pela Administração.

**5.6.8.** A contratada será integralmente responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais obrigações decorrentes da utilização de sua equipe, inexistindo vínculo empregatício entre os profissionais da contratada e o CISPAR.

**5.6.9.** A eventual necessidade de reforço de equipe para cumprimento dos prazos, correção de falhas, atendimento ao cronograma ou execução adequada da Ordem de Serviço será de responsabilidade exclusiva da contratada, sem acréscimo de custos à Administração, salvo se decorrer de alteração formal do objeto autorizada pelo CISPAR.

**5.6.10.** A equipe mínima prevista neste item não afasta a responsabilidade da contratada de dimensionar adequadamente sua mão de obra, equipamentos e recursos operacionais para garantir a perfeita execução dos serviços, dentro dos prazos e padrões de qualidade exigidos.

**5.7. Relatórios e documentação da execução:**

**5.7.1.** Antes do início dos serviços autorizados por Ordem de Serviço, a contratada deverá apresentar, quando solicitado pela fiscalização, programação de execução contendo, no mínimo, a indicação das etapas previstas, áreas de intervenção, equipe alocada, responsável técnico, materiais a serem utilizados, equipamentos necessários e medidas de segurança a serem adotadas.

**5.7.2.** A ART, RRT ou TRT de execução deverá ser apresentada antes do início dos serviços autorizados pela primeira Ordem de Serviço, conforme o conselho profissional competente, constituindo condição para autorização do início da execução.

**5.7.3.** Para Ordens de Serviço posteriores, a contratada deverá apresentar nova ART, RRT ou TRT, ou complementação/adequação da documentação técnica já emitida, sempre que necessário em razão da natureza, escopo, prazo, local ou quantitativo dos serviços demandados.

**5.7.4.** A cada medição, etapa concluída ou sempre que solicitado pela fiscalização, a contratada deverá apresentar relatório de execução dos serviços, contendo, no mínimo:

- a) identificação da Ordem de Serviço correspondente;
- b) descrição dos serviços executados;
- c) indicação das áreas atendidas;
- d) memorial de cálculo das quantitativos executados;
- e) materiais aplicados, quando solicitado;
- f) equipe envolvida na execução;
- g) registros fotográficos antes, durante e após a execução;

- h) ocorrências, interferências, impedimentos ou ajustes realizados;
  - i) declaração de conformidade dos serviços executados com o Termo de Referência, Memorial Descritivo e demais anexos técnicos.
- 5.7.5.** Os relatórios de execução deverão servir de apoio à medição, ao recebimento provisório, ao recebimento definitivo e ao pagamento dos serviços efetivamente executados e aceitos pela fiscalização.
- 5.7.6.** Quando houver impossibilidade, restrição ou impedimento de execução em determinada área, a contratada deverá registrar relatório de não conformidade ou impedimento, indicando as causas, os impactos na execução, as providências necessárias e eventual necessidade de reprogramação, comunicando imediatamente a fiscalização do CISPAR.
- 5.7.7.** A comunicação de impedimento ou não conformidade não autoriza, por si só, alteração de quantitativos, prazos, metodologia, materiais ou valores, os quais dependerão de análise e autorização formal da Administração, quando cabível.
- 5.7.8.** A contratada deverá manter disponíveis, para consulta da fiscalização, os documentos técnicos, fichas de materiais, comprovantes de capacitação, registros de segurança, comprovantes de destinação de resíduos e demais documentos relacionados à execução dos serviços.
- 5.7.9.** A ausência, insuficiência ou inconsistência dos relatórios e documentos exigidos poderá impedir o recebimento da etapa, a liquidação da despesa e o pagamento correspondente, até a devida regularização pela contratada.
- 5.7.10.** A apresentação dos relatórios e documentos de execução não afasta a responsabilidade integral da contratada pela qualidade, segurança, conformidade técnica, correção de falhas e garantia dos serviços executados
- 5.8. Normas de segurança:**
- 5.8.1.** A contratada deverá cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, de saúde e segurança do trabalho, bem como as Normas Regulamentadoras aplicáveis à execução do objeto, responsabilizando-se pela orientação, treinamento, supervisão e proteção de seus empregados, prepostos e eventuais subcontratados autorizados.
- 5.8.2.** A execução dos serviços deverá observar as normas de segurança compatíveis com a natureza das atividades, especialmente aquelas relacionadas a pintura predial, preparo de superfícies, lixamento, aplicação de tintas, uso de solventes, movimentação de materiais, utilização de escadas, andaimes, plataformas e eventual trabalho em altura.
- 5.8.3.** Antes do início de cada frente de serviço, a contratada deverá avaliar as condições do local, identificar riscos existentes e adotar as medidas preventivas necessárias, incluindo isolamento, sinalização, proteção de áreas adjacentes, organização dos materiais e definição segura dos acessos.
- 5.8.4.** Os serviços deverão ser executados com isolamento das áreas de trabalho, sinalização adequada, uso obrigatório de EPIs e EPCs, proteção de servidores, colaboradores, usuários, visitantes e terceiros, bem como prevenção de quedas, respingos, poeiras, odores, vapores, projeção de partículas e demais riscos decorrentes da execução.
- 5.8.5.** Quando houver trabalho em altura, utilização de escadas, andaimes, plataformas, linhas de vida ou sistemas de ancoragem, a contratada deverá observar as normas de segurança aplicáveis, disponibilizar equipamentos adequados e trabalhadores capacitados, bem como manter a documentação comprobatória do treinamento dos colaboradores da contratada disponível para fiscalização.



- 5.8.6.** A contratada deverá manter as áreas de execução limpas, organizadas, ventiladas quando necessário e livres de obstáculos, materiais soltos, fios, ferramentas ou resíduos que possam gerar riscos de queda, tropeço, contaminação, incêndio, danos patrimoniais ou acidentes.
- 5.8.7.** Produtos inflamáveis, solventes, tintas, massas, impermeabilizantes e demais insumos deverão ser armazenados, manuseados e utilizados conforme as orientações do fabricante, fichas técnicas, FISPQ quando aplicável e normas de segurança pertinentes.
- 5.8.8.** A contratada deverá adotar cuidados específicos em áreas administrativas, laboratoriais, de circulação, estacionamento e ambientes com equipamentos sensíveis, evitando respingos, poeira, odores excessivos, obstrução de passagens, contaminação de superfícies e interferências indevidas na rotina do CISPAR.
- 5.8.9.** A fiscalização poderá determinar a paralisação imediata dos serviços quando verificar risco à segurança, ausência de EPIs ou EPCs, falha de isolamento, uso inadequado de equipamentos, condições inseguras de trabalho ou descumprimento das normas aplicáveis.
- 5.8.10.** A paralisação dos serviços por descumprimento das normas de segurança ou por falha atribuível à contratada não implicará prorrogação automática dos prazos, salvo decisão expressa e justificada da Administração.
- 5.8.11.** A contratada será integralmente responsável por acidentes, danos, perdas, contaminações, avarias ou prejuízos decorrentes de falhas na execução, ausência de proteção, inobservância de normas de segurança, uso inadequado de equipamentos ou conduta inadequada de seus empregados, prepostos ou eventuais subcontratados autorizados.
- 5.8.12.** A atuação da fiscalização do CISPAR não exime nem reduz a responsabilidade da contratada quanto ao cumprimento das normas de segurança, à proteção de seus trabalhadores e terceiros, à prevenção de acidentes e à correta execução dos serviços.
- 5.9.** Da execução por Ordem de Serviço:
- 5.9.1.** As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão realizadas conforme necessidade do CISPAR, mediante emissão de Ordem de Serviço, contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente, observado o saldo disponível da Ata, os preços registrados e as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e demais anexos.
- 5.9.2.** A emissão de Ordem de Serviço não obriga a contratação integral dos quantitativos registrados, podendo o CISPAR autorizar a execução parcial dos serviços, conforme demanda efetiva, disponibilidade orçamentária, programação administrativa, prioridades técnicas e condições de funcionamento da sede.
- 5.9.3.** A Ordem de Serviço deverá indicar, sempre que possível, os serviços a serem executados, a área ou local de intervenção, os quantitativos estimados, o prazo de execução, o responsável pelo acompanhamento, as condições de acesso, as restrições operacionais, os horários permitidos para execução e demais orientações pertinentes.
- 5.9.4.** A contratada somente poderá iniciar os serviços após o recebimento formal da Ordem de Serviço e, quando aplicável, após a apresentação da ART, RRT ou TRT de execução, da programação de trabalho, da indicação da equipe, dos materiais a serem utilizados e das medidas de segurança exigidas pela fiscalização.
- 5.9.5.** A execução deverá observar rigorosamente os quantitativos, serviços e áreas autorizados na Ordem de Serviço, sendo vedada a realização de serviços adicionais, alteração de metodologia, substituição de materiais ou ampliação de escopo sem autorização formal do CISPAR.
- 5.9.6.** Caso a contratada identifique necessidade de serviço não previsto na Ordem de Serviço, divergência

de quantitativo, impedimento de acesso, condição técnica não identificada previamente ou qualquer situação que possa impactar a execução, deverá comunicar imediatamente a fiscalização, por escrito, antes de realizar qualquer intervenção não autorizada.

**5.9.7.** A execução dos serviços deverá ser programada de modo a reduzir interferências na rotina administrativa, laboratorial e operacional da sede, podendo o CISPAR definir prioridades, horários, etapas, frentes de trabalho e restrições de acesso conforme a necessidade institucional.

**5.9.7.1** A definição das frentes de serviço, cronograma executivo, horários de trabalho, etapas de execução, prioridades, acessos, isolamentos e demais condições operacionais será estabelecida em reunião inicial a ser realizada entre a fiscalização do CISPAR e a CONTRATADA, previamente ao início de cada Ordem de Serviço. As diretrizes definidas nesta reunião deverão ser integralmente observadas pela CONTRATADA, podendo o CISPAR promover alterações durante a execução contratual, sempre que necessário para garantir o adequado funcionamento das atividades administrativas, laboratoriais e operacionais da instituição.

**5.9.8.** A contratada deverá manter controle dos serviços executados por Ordem de Serviço, permitindo a conferência dos quantitativos, etapas, materiais aplicados, áreas atendidas, registros fotográficos, medições e saldo remanescente da Ata.

**5.10.** Do prazo e etapas de execução:

**5.10.1.** O prazo para execução de cada demanda será definido na respectiva Ordem de Serviço, considerando os quantitativos autorizados, a complexidade dos serviços, as condições de acesso às áreas, a disponibilidade operacional da sede e a programação administrativa do CISPAR.

**5.10.2.** A contratada deverá iniciar os serviços no prazo estabelecido na Ordem de Serviço, contado de seu recebimento formal, podendo a Administração fixar prazo específico para mobilização, execução, correções, limpeza final, desmobilização e entrega da documentação necessária ao recebimento.

**5.10.3.** Quando necessário, a execução poderá ser organizada por etapas, áreas, pavimentos, ambientes, frentes de serviço ou grupos de atividades, conforme definido na Ordem de Serviço ou pela fiscalização, de modo a preservar o funcionamento da sede e facilitar a fiscalização dos serviços.

**5.10.4.** A contratada deverá cumprir os prazos estabelecidos para cada Ordem de Serviço, responsabilizando-se pelo adequado dimensionamento da equipe, materiais, ferramentas, equipamentos e demais recursos necessários à execução.

**5.10.5.** Eventual necessidade de prorrogação de prazo deverá ser formalmente justificada pela contratada antes do término do prazo vigente, acompanhada das razões técnicas ou operacionais que a fundamentem, cabendo ao CISPAR avaliar a pertinência do pedido.

**5.10.6.** Atrasos decorrentes de falha de planejamento, insuficiência de equipe, falta de materiais, equipamentos inadequados, retrabalho, descumprimento de normas de segurança ou outros fatores atribuíveis à contratada não justificarão prorrogação automática de prazo, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**5.10.7.** Ao término de cada etapa, frente de serviço ou demanda autorizada, a contratada deverá solicitar vistoria da fiscalização, apresentando a medição dos serviços executados, relatório fotográfico, indicação das áreas atendidas, quantitativos realizados e demais documentos exigidos para fins de recebimento e pagamento.

**5.10.8.** A fiscalização poderá determinar correções, complementações, limpeza adicional, remoção de respingos, substituição de materiais inadequados ou refazimento de serviços que estejam em desacordo com o Termo de Referência, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Ordem de Serviço ou padrão



de qualidade exigido.

**5.10.9.** O encerramento da Ordem de Serviço somente ocorrerá após a conclusão dos serviços autorizados, correção de eventuais pendências, limpeza das áreas, entrega da documentação exigida e aceite pela fiscalização do CISPAR

**5.10.10.** A medição e o pagamento serão realizados somente sobre os serviços efetivamente executados, conferidos e aceitos pela fiscalização, observados os preços unitários registrados e os quantitativos autorizados na respectiva Ordem de Serviço.

**5.11.** Da responsabilidade por danos:

**5.11.1.** Todo e qualquer dano causado pela contratada, seus empregados, prepostos ou eventuais subcontratados autorizados a bens, instalações, equipamentos, mobiliários, pisos, paredes, forros, vidros, esquadrias, portas, veículos, redes elétricas, hidráulicas, lógicas, áreas verdes, servidores, colaboradores, usuários, terceiros ou ao patrimônio público será de inteira responsabilidade da contratada.

**5.11.2.** A contratada deverá reparar, corrigir, recompor, substituir ou indenizar, às suas expensas, os danos causados durante a execução dos serviços, no prazo determinado pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**5.11.3.** A responsabilidade da contratada abrange, entre outras situações, danos decorrentes de respingos de tinta, manchas, quebras, riscos, trincas, perfurações indevidas, contaminação de ambientes, poeira excessiva, descarte inadequado de resíduos, falhas de isolamento, ausência de proteção, execução incorreta, uso inadequado de equipamentos ou utilização de material incompatível ou de qualidade inferior.

**5.11.4.** A contratada deverá adotar, antes do início dos serviços, todas as medidas necessárias à proteção dos ambientes e bens existentes no local, incluindo cobertura, isolamento, sinalização, remoção ou proteção de mobiliários, equipamentos, veículos, vidros, pisos, bancadas, luminárias, tomadas, interruptores, esquadrias e demais elementos sujeitos a danos.

**5.11.5.** Caso o dano comprometa a segurança, o funcionamento da sede, a operação de equipamentos, o acesso aos ambientes, a integridade de instalações ou a continuidade das atividades administrativas, laboratoriais ou operacionais do CISPAR, a contratada deverá adotar providências imediatas para contenção, reparo ou mitigação do prejuízo, independentemente de notificação formal prévia.

**5.11.6.** A identificação de dano pela fiscalização deverá ser registrada formalmente, podendo ser acompanhada de relatório fotográfico, descrição da ocorrência e prazo para regularização, cabendo à contratada providenciar a correção integral no prazo estabelecido.

**5.11.7.** A ausência de correção do dano no prazo determinado poderá autorizar o CISPAR a adotar as providências necessárias para reparação, inclusive por meio de terceiros, com posterior cobrança dos custos da contratada, sem prejuízo de retenção de pagamentos, execução de garantias, quando houver, e aplicação das penalidades previstas no Edital, Ata, contrato ou instrumento equivalente.

**5.11.8.** A atuação da fiscalização, o recebimento provisório ou definitivo dos serviços e eventual aprovação de etapas não afastam a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos, danos ocultos, falhas de execução ou prejuízos posteriormente identificados, observados os prazos legais, contratuais e de garantia aplicáveis.

**5.12.** Do agendamento da execução dos serviços:

**5.12.1.** A contratada deverá programar previamente com a fiscalização do CISPAR a data de início dos serviços, as etapas de execução, os horários de trabalho, as áreas de intervenção, os acessos necessários, a forma de isolamento dos ambientes e demais condições operacionais pertinentes.

**5.12.2.** A programação deverá observar a rotina administrativa, laboratorial e operacional da sede do CISPAR, de modo a minimizar impactos ao funcionamento dos setores, à circulação de servidores, colaboradores, usuários e visitantes, bem como à preservação de equipamentos e ambientes sensíveis.

**5.12.3.** A execução dos serviços somente poderá ocorrer nas áreas, datas e horários previamente autorizados pela fiscalização, respeitadas as condições estabelecidas na respectiva Ordem de Serviço.

**5.12.4.** Poderá ser exigida a execução dos serviços em horários alternativos, por etapas, por setores, por pavimentos, por ambientes ou por frentes de serviço, especialmente em áreas laboratoriais, de atendimento, circulação, estacionamento, acesso de veículos, áreas externas ou locais com equipamentos sensíveis.

**5.12.5.** A necessidade de execução em horários alternativos deverá ser previamente autorizada pela Administração e deverá observar as condições de segurança, acesso ao prédio, acompanhamento da fiscalização e demais regras internas do CISPAR.

**5.12.6.** A contratada deverá comunicar à fiscalização, com antecedência mínima a ser definida na Ordem de Serviço, qualquer necessidade de alteração na programação aprovada, indicando os motivos e os impactos sobre o prazo, a equipe, os materiais e a execução dos serviços.

**5.12.7.** A alteração de data, horário, local de intervenção ou etapa de execução somente poderá ocorrer mediante autorização da fiscalização, não sendo admitida mudança unilateral pela contratada.

**5.12.8.** Quando houver risco de geração de poeira, odores, ruídos, bloqueio de circulação, respingos, necessidade de isolamento de área ou interferência em atividades internas, a contratada deverá adotar medidas preventivas e comunicar previamente a fiscalização, para definição da melhor forma de execução.

**5.12.9.** A programação e o agendamento dos serviços não afastam a responsabilidade da contratada pelo cumprimento dos prazos estabelecidos na Ordem de Serviço, pela adequada mobilização da equipe e pela disponibilização tempestiva dos materiais, equipamentos e recursos necessários

**5.13. Garantia dos serviços:**

**5.13.1.** Os serviços executados deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo de cada Ordem de Serviço, salvo prazo superior definido pela engenharia, pelo Edital, pela proposta da contratada ou pelo fabricante dos materiais empregados, quando aplicável.

**5.13.2.** Durante o prazo de garantia, a contratada deverá corrigir, refazer, reparar ou substituir, às suas expensas, os serviços que apresentarem falhas, vícios, defeitos ou desconformidades atribuíveis à execução, aos materiais empregados ou ao preparo inadequado das superfícies.

**5.13.3.** A garantia abrangerá, entre outras ocorrências, falhas decorrentes de má execução, preparo inadequado da superfície, limpeza insuficiente, lixamento inadequado, aplicação incorreta de materiais, baixa aderência, descascamentos, bolhas, manchas, escorrimientos, enrugamentos, fissuras superficiais decorrentes da execução, diferenças indevidas de tonalidade, falhas de cobertura, acabamento irregular, deterioração precoce ou demais vícios atribuíveis à contratada.

**5.13.4.** Constatada qualquer falha durante o período de garantia, a fiscalização notificará a contratada para que providencie a correção no prazo estabelecido pela Administração, conforme a natureza e a gravidade da ocorrência.

**5.13.5.** A correção realizada durante o período de garantia deverá observar o mesmo padrão técnico, os mesmos materiais ou materiais equivalentes/superiores, a mesma tonalidade e o mesmo nível de acabamento exigidos para a execução original.

**5.13.6.** Caso a contratada não realize a correção no prazo estabelecido, ou a realize de forma insatisfatória,

o CISPAR poderá adotar as providências necessárias para a regularização, inclusive por meio de terceiros, com posterior cobrança dos custos da contratada, sem prejuízo da retenção de pagamentos, execução de garantias, quando houver, e aplicação das penalidades cabíveis.

**5.13.7.** A garantia dos serviços não abrangerá danos decorrentes de mau uso, intervenções de terceiros, eventos imprevisíveis, força maior, caso fortuito ou deteriorações causadas por fatores externos não atribuíveis à contratada, desde que devidamente comprovados.

**5.13.8.** A garantia não afasta a responsabilidade civil, técnica e contratual da contratada pela perfeita execução dos serviços, pela qualidade dos materiais empregados, pela segurança da execução e pela correção de vícios ou defeitos identificados posteriormente, observados os prazos legais e contratuais aplicáveis.

## **6. VISITA PARA AVALIAÇÃO TÉCNICA**

**6.1.** A fim de subsidiar a elaboração das propostas e permitir melhor avaliação das condições locais de execução, as empresas interessadas poderão realizar vistoria técnica na sede do CISPAR, por intermédio de representante legal, preposto ou responsável técnico da empresa, devidamente identificado.

**6.2.** A vistoria técnica é facultativa e terá por finalidade permitir que a licitante conheça previamente os locais de execução, condições de acesso, áreas internas e externas, superfícies a serem tratadas, ambientes administrativos e laboratoriais, áreas de circulação, estacionamento, estruturas metálicas, pisos, portas, paredes, eventuais pontos de umidade e demais peculiaridades relacionadas à execução dos serviços.

**6.3.** A vistoria poderá ser realizada mediante agendamento prévio pelo telefone **(44) 3123-2800** ou pelo e-mail indicado no Edital, em horário comercial (8h às 17h), de segunda a sexta-feira, oportunidade em que o CISPAR informará as condições para recebimento do interessado.

**6.4.** O representante da licitante deverá apresentar, no momento da visita, documento de identificação e documento que comprove sua vinculação ou autorização para representar a empresa, podendo ser procuração, autorização formal, contrato social, credencial ou outro documento equivalente.

**6.5.** A realização da vistoria não constitui condição obrigatória para participação no certame, não sendo admitida a inabilitação ou desclassificação de licitante exclusivamente pela ausência de visita técnica.

**6.6.** A licitante que optar por não realizar a vistoria deverá apresentar declaração formal de pleno conhecimento das condições locais e das peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, conforme modelo anexo ao Termo de Referência.

**6.7.** A ausência de vistoria não poderá ser utilizada pela contratada, posteriormente, como fundamento para alegação de desconhecimento das condições locais, dificuldades de acesso, características das superfícies, necessidade de proteção de ambientes, logística de execução, mobilização de equipe, equipamentos, materiais ou demais aspectos necessários à adequada execução do objeto.

**6.8.** Durante a vistoria, não serão prestadas informações que alterem, ampliem ou restrinjam as condições previstas no Edital, Termo de Referência, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e demais anexos técnicos, devendo eventuais dúvidas ser formalizadas pelos meios oficiais de esclarecimento previstos no instrumento convocatório.

**6.9.** A vistoria, quando realizada, não substitui a obrigação da licitante de analisar integralmente o Edital, o Termo de Referência, o Memorial Descritivo, a Planilha Orçamentária, as composições, a memória de cálculo, o cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que instruem a contratação.

## **7. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA**

**7.1.** Para fins de habilitação técnica, serão exigidos os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital, observada a natureza do objeto como serviço comum de engenharia, bem como os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e pertinência com o objeto licitado.

**7.2.** A licitante deverá comprovar aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

**7.3.** O(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar experiência anterior da licitante na execução de serviços de pintura predial, manutenção predial, preparo ou recuperação de superfícies, pintura de estruturas metálicas, pintura de pisos, impermeabilização pontual, pequenos reparos prediais ou outros serviços comuns de engenharia compatíveis com o objeto licitado.

**7.4.** O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) comprovar compatibilidade com o objeto em características, natureza e complexidade operacional, não sendo exigida identidade absoluta com todos os itens constantes da planilha orçamentária.

**7.5.** Será admitida a apresentação de um ou mais atestados, desde que, em conjunto, demonstrem a aptidão da licitante para execução de serviços compatíveis com o objeto.

**7.5.1** Será considerada compatível a comprovação de execução de serviços de pintura predial interna e/ou externa em edificações, em quantitativo mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) da área prevista para a presente contratação.

**7.5.2** Para atendimento ao quantitativo mínimo exigido, a licitante deverá comprovar a execução de, no mínimo, 1.500,00 m<sup>2</sup> (mil e quinhentos metros quadrados) de serviços de pintura.

**7.6.** Não será admitida exigência de atestado com objeto idêntico ao licitado, nem de quantitativos, prazos ou condições que extrapolem a necessidade de comprovação da capacidade técnica necessária à adequada execução dos serviços, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade.

**7.7.** A licitante deverá apresentar comprovação de registro ou inscrição da empresa e/ou do responsável técnico no conselho profissional competente, compatível com a natureza dos serviços a serem executados, conforme exigência definida no Edital.

**7.8.** A licitante deverá indicar responsável técnico habilitado, com registro regular no conselho profissional competente, que ficará responsável pelo acompanhamento técnico da execução dos serviços, pela orientação técnica da equipe e pela emissão ou assinatura dos documentos técnicos pertinentes.

**7.9.** A licitante deverá comprovar, na fase de habilitação, o vínculo ou a disponibilidade do responsável técnico indicado, admitindo-se, para tanto, a apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social — CTPS;
- b) ficha ou livro de registro de empregado;
- c) contrato de prestação de serviços;
- d) contrato social, no caso de sócio da empresa;
- e) declaração de contratação futura ou termo de compromisso firmado entre a licitante e o profissional indicado, acompanhado da anuência expressa do profissional.

**7.10.** A apresentação de declaração de contratação futura ou termo de compromisso será admitida para fins de habilitação, ficando a empresa vencedora obrigada a comprovar o vínculo efetivo com o profissional indicado antes do início da execução dos serviços autorizados por Ordem de Serviço.

**7.11.** A empresa vencedora deverá apresentar a respectiva ART, RRT ou TRT de execução dos serviços antes do início da primeira Ordem de Serviço, conforme o conselho profissional competente, sem prejuízo da apresentação de nova anotação, registro ou termo de responsabilidade técnica para Ordens de Serviço posteriores, quando necessário em razão da natureza, escopo, prazo ou local dos serviços demandados.

**7.12.** A responsabilidade técnica pela execução dos serviços deverá permanecer vigente durante todo o período de execução da respectiva Ordem de Serviço, cabendo à contratada providenciar sua regularização, substituição, complementação ou atualização sempre que necessário.

**7.13.** A eventual substituição do responsável técnico indicado somente poderá ocorrer mediante comunicação prévia ao CISPAR e apresentação de profissional com qualificação equivalente ou superior, devidamente registrado no conselho profissional competente, sem prejuízo da emissão, substituição ou complementação da respectiva ART, RRT ou TRT, quando cabível.

**7.14.** O responsável técnico indicado deverá participar efetivamente do acompanhamento da execução dos serviços, podendo a fiscalização solicitar sua manifestação, comparecimento, assinatura de documentos, esclarecimentos técnicos ou adoção de providências necessárias à adequada execução do objeto.

**7.15.** Para início da execução dos serviços, a contratada deverá comprovar, quando solicitado pela fiscalização, que dispõe de equipe mínima operacional compatível com a Ordem de Serviço emitida, nos termos deste Termo de Referência, incluindo encarregado/preposto de execução, profissionais executores e trabalhadores capacitados para atividades específicas, especialmente quando houver trabalho em altura.

**7.16.** Quando a Ordem de Serviço envolver trabalho em altura, utilização de andaimes, plataformas, escadas ou outra atividade sujeita a capacitação específica, a contratada deverá manter disponíveis os certificados de treinamento e demais documentos de segurança exigíveis, para apresentação à fiscalização sempre que solicitado.

**7.17.** A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade, pertinência e compatibilidade dos documentos apresentados, inclusive junto aos emitentes dos atestados, aos conselhos profissionais competentes e demais órgãos ou entidades relacionados.

**7.18.** A ausência de comprovação da capacidade técnica, do registro profissional exigido, da indicação do responsável técnico ou do vínculo/disponibilidade do profissional indicado, na forma prevista no Edital, implicará inabilitação da licitante, observadas as regras de saneamento, diligência e complementação documental admitidas pela legislação aplicável.

**7.19.** A apresentação dos documentos de habilitação técnica não afasta a responsabilidade integral da contratada pela correta execução dos serviços, pelo cumprimento das especificações técnicas, pela qualidade dos materiais empregados, pela segurança dos trabalhadores e terceiros, pela correção de vícios e pela garantia dos serviços executados.

## **8. DA FORMA DE ENTREGA E DISTRIBUIÇÃO**

**8.1.** Do recebimento provisório/definitivo do serviço:

**8.1.1.** O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato ou da Ordem de Serviço, após a apresentação de documentação comprobatória da execução, contendo, no mínimo, medição dos serviços executados, relatório fotográfico, indicação das áreas atendidas, quantitativos realizados e demais documentos previstos neste Termo de Referência.

**8.1.2.** Quando se tratar de serviço de engenharia, a contratada deverá apresentar, em cada medição, planilha dos serviços executados no período, memória de cálculo dos quantitativos medidos, relatório



fotográfico e demais documentos solicitados pela fiscalização.

**8.1.3.** O recebimento provisório será formalizado mediante atesto do fiscal, com registro da conformidade ou das pendências identificadas, encaminhando-se os documentos ao gestor para as providências de recebimento definitivo, liquidação e pagamento.

**8.1.4.** Quando necessário, em razão da complexidade, extensão ou especificidade dos serviços, poderá ser constituída comissão de recebimento.

**8.2.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, quantidades, qualidade, acabamento, materiais ou condições previstas neste Termo de Referência, no Memorial Descritivo, na Planilha Orçamentária e na proposta, devendo ser refeitos, corrigidos ou substituídos pela contratada, no prazo fixado pela fiscalização, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

**8.3.** Até que seja sanada a situação prevista no item anterior, ficará interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o pagamento da parcela controvertida.

**8.4.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução do contrato, nem a responsabilidade técnica e civil pela qualidade e durabilidade dos serviços.

## **9. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**9.1.** A seleção do fornecedor será realizada pelo critério de menor preço global do lote único, desde que atendidas as especificações e exigências deste Termo de Referência e do Edital.

**9.2.** Apesar do julgamento global do lote, a licitante vencedora deverá apresentar proposta readequada com a discriminação dos preços unitários e totais dos itens da planilha, os quais servirão de base para a Ata de Registro de Preços, futuras Ordens de Serviço, medições, pagamentos e controle de saldo.

**9.3.** A proposta deverá observar os valores máximos estimados pela Administração e contemplar a integralidade dos custos necessários à execução do objeto, não sendo admitida cobrança adicional por materiais, equipamentos, mão de obra, transporte, EPs, EPCs, proteção, limpeza, descarte, encargos ou qualquer outro insumo necessário.

**9.4.** As exigências de habilitação jurídica, social, trabalhista, fiscal e econômico-financeira são as usuais para a generalidade dos objetos, já adotadas pelo CISPAR, e estarão especificadas no Edital.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**10.1.** São obrigações do CONTRATANTE:

**10.1.1.** Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata, do contrato e das Ordens de Serviço, por meio do gestor e fiscal designados, atestando os resultados alcançados e os níveis de qualidade exigidos em relação ao objeto contratado.

**10.1.2.** Emitir Ordem de Serviço ou instrumento equivalente para cada demanda, indicando os serviços a executar, quantitativos estimados, local, prazo e demais condições necessárias.

**10.1.3.** Atuar no processo de recebimento provisório e definitivo dos serviços, verificando a conformidade da execução com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e demais anexos.

**10.1.4.** Efetuar o pagamento devido, dentro do prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as

formalidades legais, contratuais e regulamentares, e constatada a regular execução do objeto.

**10.1.5.** Notificar a contratada, por escrito, acerca de qualquer irregularidade verificada na execução dos serviços, determinando as providências necessárias à regularização no prazo estabelecido.

**10.1.6.** Permitir o acesso da contratada às áreas de execução, observadas as normas internas de segurança, horários e restrições operacionais do CISPAR.

**10.1.7.** Aplicar as penalidades cabíveis, nos termos da legislação, do Edital e deste Termo de Referência, em caso de inexecução parcial, total ou descumprimento das obrigações contratuais.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**11.1.** São obrigações da CONTRATADA:

**11.1.1.** Manter, durante toda a vigência da Ata e das contratações decorrentes, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

**11.1.2.** Adotar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto, observando integralmente as normas legais, regulamentares, técnicas, trabalhistas, ambientais e de segurança aplicáveis.

**11.1.3.** Executar os serviços na sede do CISPAR, em conformidade com as Ordens de Serviço, especificações técnicas, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, proposta e demais condições previstas no Edital.

**11.1.4.** Fornecer todos os materiais, tintas, massas, fundos, seladores, ferramentas, equipamentos, andaimes, escadas, EPIs, EPCs, mão de obra, transporte, proteção de ambientes e demais insumos necessários.

**11.1.5.** Apresentar, quando exigido, ART/RRT/TRT de execução e documentos técnicos pertinentes antes do início dos serviços.

**11.1.6.** Submeter à aprovação da fiscalização, quando solicitado, amostras, catálogos, fichas técnicas ou informações dos materiais a serem utilizados.

**11.1.7.** Proteger pisos, móveis, equipamentos, vidros, portas, esquadrias, veículos, bancadas, áreas laboratoriais e demais superfícies que não sejam objeto da intervenção.

**11.1.8.** Remover respingos, manchas e resíduos, mantendo os ambientes limpos durante a execução e entregando as áreas em perfeito estado de limpeza ao final dos serviços.

**11.1.9.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos, falhas de acabamento, materiais inadequados ou desconformidade com as especificações.

**11.1.10.** Assumir integral responsabilidade por danos causados ao CISPAR, a servidores, usuários, terceiros, bens públicos ou privados, em decorrência da execução dos serviços.

**11.1.11.** Destinar adequadamente resíduos, embalagens, sobras de tinta, lixas, lonas, fitas, materiais de raspagem e demais descartes gerados durante a execução.

**11.1.12.** Disponibilizar profissionais em quantidade suficiente e devidamente qualificados para assegurar o atendimento dos prazos e padrões de qualidade.

**11.1.13.** Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratante, atendendo de forma célere a eventuais reclamações, apontamentos ou notificações.

**11.1.14.** Assumir integralmente os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e demais despesas decorrentes da execução contratual.





**11.1.15.** Executar a garantia dos serviços no prazo e condições estabelecidos, corrigindo falhas atribuíveis à execução sem ônus ao CISPAR.

## **12. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**12.1.** A subcontratação integral do objeto não será admitida, considerando a necessidade de responsabilidade técnica única, padronização do acabamento e adequada fiscalização da execução.

**12.2.** A subcontratação parcial de atividades acessórias somente poderá ocorrer mediante autorização prévia e expressa da CONTRATANTE, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada pela execução, qualidade, segurança, prazos, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e demais encargos decorrentes do ajuste.

**12.3.** Eventual subcontratação não poderá transferir à subcontratada a execução do núcleo principal do objeto, nem afastar a responsabilidade técnica, administrativa e contratual da empresa registrada/contratada perante o CISPAR.

## **13. DA VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS DECORRENTES**

**13.1.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade para a Administração e expressamente autorizado em instrumento formal.

**13.2.** Os contratos, notas de empenho, Ordens de Serviço ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata terão vigência e prazo de execução definidos conforme a demanda autorizada, podendo ultrapassar o prazo de vigência da Ata, desde que observadas as condições previstas no instrumento convocatório e na legislação aplicável.

**13.3.** A existência de preços registrados não obriga o CISPAR a contratar a totalidade dos quantitativos estimados, facultando-se a contratação conforme necessidade administrativa, disponibilidade orçamentária e programação interna.

**13.4.** Durante a execução contratual, poderão ser realizados acréscimos ou supressões no objeto do contrato, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021, desde que justificados e formalizados por termo aditivo, quando aplicável.

## **14. DO PAGAMENTO**

**14.1.** O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias contados do atesto da Nota Fiscal, mediante transferência bancária na conta informada, sempre em favor da contratada, observadas as regras de liquidação da despesa e a efetiva execução dos serviços.

**14.2.** O pagamento será efetuado conforme serviços efetivamente executados, medidos e aceitos pela fiscalização, com base nos preços unitários registrados, na Ordem de Serviço e na medição aprovada.

**14.3.** A Nota Fiscal deverá constar as seguintes informações:

- a) número do contrato, ata, nota de empenho ou Ordem de Serviço;
- b) número do processo administrativo;
- c) número do Pregão Eletrônico e Registro de Preços;
- d) descrição dos serviços executados e período de execução;

e) informações e retenções pertinentes, inclusive aquelas aplicáveis à prestação de serviços e à legislação tributária vigente.

**14.4.** A Nota Fiscal deverá ser acompanhada dos documentos exigidos para medição e recebimento, tais como relatório de execução, memória de cálculo dos quantitativos medidos, registro fotográfico, ART/RRT/TRT quando cabível, certidões de regularidade exigíveis e demais documentos solicitados pela fiscalização.

**14.5.** Não será efetuado pagamento de parcela controvertida, rejeitada ou executada em desconformidade, até que a contratada promova as correções determinadas pela fiscalização.

## **15. DA ATUALIZAÇÃO E REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO**

**15.1.** O preço registrado poderá ser atualizado, a pedido do fornecedor, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da licitação, adotando-se como índice de reajustamento o Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, por se tratar de índice setorial compatível com a natureza do objeto, que envolve serviços comuns de engenharia, pintura predial, preparo de superfícies, mão de obra, materiais e insumos vinculados à construção civil, observada a legislação aplicável.

**15.1.1.** Na hipótese de extinção, descontinuidade ou impossibilidade de utilização do INCC, será adotado outro índice oficial que venha a substituí-lo ou, na ausência deste, índice oficial que melhor reflita a variação dos custos do objeto contratado, mediante justificativa formal da Administração.

**15.1.2.** A atualização do preço registrado dependerá de solicitação formal do fornecedor, acompanhada da documentação pertinente, e não produzirá efeitos automáticos, devendo ser previamente analisada e autorizada pelo CISPAR, observadas as condições da Ata de Registro de Preços, do Edital e da legislação aplicável.

**15.2.** O preço registrado poderá ser revisto, a pedido do FORNECEDOR ou por iniciativa do Consórcio, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato superveniente que eleve os preços, desde que observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

**15.3.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Consórcio convocará o FORNECEDOR para negociar a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado.

**15.4.** O FORNECEDOR que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, observadas as condições da Ata e da legislação aplicável.

**15.5.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

**15.6.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o FORNECEDOR não puder cumprir a Ata de Registro de Preços, é facultado ao FORNECEDOR requerer, antes da emissão da Ordem de Serviço ou contratação, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante dos preços praticados no mercado.

**15.7.** A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do FORNECEDOR, cabendo ao Consórcio a análise e deliberação a respeito do pedido.

**15.8.** Se o FORNECEDOR não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pelo Consórcio e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os

compromissos pelo valor registrado na Ata, sob pena de cancelamento do registro e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

**15.9.** Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da Ata, o Consórcio poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado, caso este esteja compatível com os valores praticados no mercado, ou apresentar contraproposta de preço compatível.

**15.10.** Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo Consórcio, o FORNECEDOR poderá ser liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas, na forma da legislação aplicável.

**15.11.** Não havendo êxito nas negociações, o Consórcio deverá adotar as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**15.12.** Quando for o caso, o pedido de atualização, revisão ou restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser respondido pelo Consórcio no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da solicitação formal e devidamente instruída, podendo este prazo ser prorrogado de forma justificada, uma única vez, por igual período.

## **16. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

### **16.1. Gestão da Ata/Contrato:**

**16.1.1.** A gestão da Ata de Registro de Preços, dos contratos e das Ordens de Serviço ficará a cargo de servidor designado pela Diretoria competente do CISPAR, com capacidade técnica ou administrativa compatível com o objeto contratado. Cabe ao gestor acompanhar a execução, controlar os saldos da Ata, registrar ocorrências e adotar as medidas necessárias para o cumprimento do objeto no interesse da Administração.

#### **16.1.2. Atribuições do gestor:**

- a) acompanhar os registros realizados pelos fiscais e as medidas adotadas;
- b) controlar saldos, prazos, vigência da Ata e instrumentos decorrentes;
- c) informar à autoridade superior situações que ultrapassem sua competência;
- d) convocar representantes da CONTRATADA, sempre que necessário, para reuniões ou esclarecimentos sobre a execução;
- e) encaminhar a documentação pertinente para liquidação, pagamento, aditivos, notificações ou aplicação de penalidades.

### **16.2. Fiscalização do Contrato/Ordem de Serviço:**

**16.2.1.** A fiscalização será exercida por servidor ou equipe designada pela CONTRATANTE, preferencialmente com apoio técnico da área de engenharia, cabendo-lhe acompanhar a execução, verificar a conformidade com o Memorial Descritivo, planilha, proposta e Ordem de Serviço, bem como solicitar correções de falhas ou irregularidades.

#### **16.2.2. Atribuições do fiscal:**

- a) acompanhar a execução contratual para assegurar o cumprimento das condições estabelecidas;
- b) verificar a qualidade dos materiais, acabamento, preparo das superfícies e conformidade dos serviços;
- c) registrar ocorrências relacionadas à execução, com descrição das medidas necessárias para regularização;

- d) emitir notificações para correção de irregularidades, determinando prazos para adequação;
- e) analisar medições, memórias de cálculo, relatórios fotográficos e documentos apresentados pela contratada;
- f) informar ao gestor situações que demandem decisões ou providências que excedam sua competência;
- g) não atestar serviços executados em desconformidade ou pendentes de correção.

**16.3. Plano de Fiscalização:** Após a formalização da Ata ou da contratação decorrente, poderá ser realizada reunião inicial com a contratada para apresentação das obrigações contratuais, estratégias de execução, forma de emissão de Ordens de Serviço, mecanismos de fiscalização, critérios de medição e sanções aplicáveis.

**16.4. Comunicações:** As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser formalizadas por escrito, admitindo-se o uso de meios eletrônicos, especialmente e-mail institucional, sistema eletrônico ou protocolo oficial.

## **17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**17.1.** A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas infrações nas quais incorrer, conforme especificado no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

**17.2.** A CONTRATADA estará sujeita às disposições sancionatórias previstas no Edital, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou instrumento equivalente e nos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

## **18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**18.1.** Constitui infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante, adjudicatário, fornecedor registrado ou contratado que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou solicitada pelo pregoeiro durante a sessão;
- b) não manter a proposta, salvo em razão de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não enviar proposta adequada ao último lance ofertado ou após negociação;
- d) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigido;
- e) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- f) solicitar desclassificação após encerrada a etapa competitiva;
- g) deixar de apresentar documento, amostra ou comprovação exigida, ou apresentá-la em desacordo com as especificações;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa;
- i) fraudar a licitação ou agir em conluio;
- j) comportar-se de modo inidôneo, induzir a erro no julgamento ou na execução;
- k) não celebrar a Ata, o contrato ou instrumento equivalente quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.

**18.2.** Sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, poderão ser aplicadas as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

- I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**18.3.** A multa poderá variar de 0,5% a 30% sobre o valor da Ata, contrato, Ordem de Serviço ou parcela inadimplida, conforme a gravidade da infração, danos causados, reincidência e critérios previstos no Edital.

**18.4.** A sanção de multa poderá ser aplicada isoladamente ou cumulada com as demais.

**18.5.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata, contrato ou instrumento equivalente no prazo fixado caracterizará descumprimento total da obrigação assumida e ensejará a aplicação das penalidades cabíveis.

**18.6.** A aplicação das sanções observará a natureza e gravidade da infração, circunstâncias agravantes ou atenuantes, peculiaridades do caso concreto, danos causados à Administração e eventual implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo infrator.

**18.7.** A instauração de processo administrativo de responsabilização observará o contraditório, a ampla defesa e os prazos previstos na Lei nº 14.133/2021.

**18.8.** A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **19. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**19.1.** A empresa CONTRATADA deverá garantir, no que couber, o descarte correto e seguro de todos os resíduos gerados pela execução dos serviços, adotando práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto.

**19.2.** A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, em consonância com o art. 225 da Constituição Federal de 1988 e demais normas aplicáveis.

**19.3.** A empresa contratada deverá orientar seus empregados para a adoção de condutas e técnicas voltadas à redução do consumo de energia elétrica, de água e da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

**19.4.** É dever da contratada observar, entre outras medidas: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; uso racional de materiais; preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de menor impacto ambiental, quando tecnicamente viáveis; maior eficiência na utilização de água e energia; e destinação ambientalmente adequada de embalagens, sobras de tinta, solventes, lixas, lonas, fitas, materiais de raspagem e demais resíduos.

**19.5.** É vedado o descarte irregular de resíduos em solo, áreas verdes, redes pluviais, redes de esgoto, áreas comuns da sede ou qualquer local não autorizado.

**19.6** Todos os resíduos gerados durante a execução dos serviços deverão ser acondicionados, armazenados, transportados e destinados em conformidade com a legislação ambiental vigente e normas técnicas aplicáveis.

**19.7** A CONTRATADA será integralmente responsável pela coleta, segregação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos provenientes da execução dos serviços, incluindo:

- resíduos de lixamento e raspagem;
- entulhos;
- latas de tinta;
- embalagens de solventes e diluentes;
- materiais contaminados com tinta e solvente;
- estopas, pincéis, rolos e lixas utilizados;
- resíduos provenientes da limpeza de equipamentos.

**19.8** Fica expressamente proibido o descarte de resíduos em rede de drenagem, rede de esgoto, solo, terrenos baldios, corpos hídricos ou lixo doméstico comum.

**19.9** Os resíduos classificados como perigosos deverão receber destinação específica por empresa legalmente habilitada, quando aplicável. A CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização os comprovantes da destinação final adequada. Não será permitida a queima de resíduos no local da execução dos serviços.

## **20. DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES**

**20.1.** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

**20.2.** O presente Termo de Referência não importa necessariamente em contratação, podendo o CISPAR revogar o procedimento, no todo ou em parte, por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente comprovado, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos interessados.

**20.3.** Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**20.3.1.** ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

**20.3.2.** ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO;

**20.3.3.** ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR;

**20.3.4.** ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

**20.3.5.** ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CAPACITAÇÃO E QUADRO DE EQUIPE TÉCNICA

**20.3.5.** ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À NATUREZA DO SERVIÇO

**20.3.6.** ANEXO VII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**20.3.7.** ANEXO VIII – MODELO DE MINUTA DE CONTRATO;

**20.3.8.** ANEXO IX – MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DEMAIS ANEXOS TÉCNICOS.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ**  
**R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões**  
**Maringá – Paraná – Cep 87.065-660**  
**CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800**

---

**REBECA SILVA ROCHA**

*Engenheira Civil - CISPAR*





**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ**  
**R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões**  
**Maringá – Paraná – Cep 87.065-660**  
**CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:**

Razão social e CNPJ:

Telefone:

E-mail:

Pessoa para contato:

**2. PREÇOS**

Conforme itens da planilha orçamentária

**3. PRAZO DE EXECUÇÃO:** conforme Ordem de Serviço e Termo de Referência.

**4. GARANTIA:** prazo mínimo de 12 (doze) meses, contado do recebimento definitivo de cada Ordem de Serviço, ou prazo superior ofertado.

**5. VALIDADE DA PROPOSTA:** prazo não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

**6. COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS:** nos preços propostos estão incluídas todas as despesas, materiais, mão de obra, transporte, equipamentos, EPIs, EPCs, encargos, tributos, limpeza, descarte de resíduos e demais custos necessários à perfeita execução do objeto.

Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

(Local e data)

(Assinatura do Representante Legal, com NOME COMPLETO)



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ**  
**R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões**  
**Maringá – Paraná – Cep 87.065-660**  
**CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800**

## **ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO**

[Nome da empresa], CNPJ nº [indicar], sediada [endereço completo], declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistente fato superveniente impeditivo para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

[Local e Data]

[Nome e assinatura do declarante]



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ**  
**R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões**  
**Maringá – Paraná – Cep 87.065-660**  
**CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800**

### **ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR**

[Nome da empresa], inscrita no CNPJ sob nº [indicar], por intermédio de seu representante legal, declara, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

[Local e Data]

[Nome e assinatura do representante legal]



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ**  
**R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões**  
**Maringá – Paraná – Cep 87.065-660**  
**CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800**

#### **ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA**

##### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por  
intermédio de seu representante legal, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas  
da lei, que nesta data é considerada:

- ( ) MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.  
( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Declara ainda estar excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

[Local e Data]

[Assinatura do responsável pela empresa]



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ**  
**R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões**  
**Maringá – Paraná – Cep 87.065-660**  
**CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800**

## **ANEXO V – TERMO DE REFERÊNCIA**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE CAPACITAÇÃO E QUADRO DE EQUIPE TÉCNICA**

A empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob nº [CNPJ], declara, para fins de habilitação/contratação, que possui ou disponibilizará equipe técnica e operacional compatível com a execução dos serviços de pintura predial, preparo de superfícies, pequenos reparos, pintura de pisos, estruturas metálicas, portas de madeira e demais atividades previstas no Termo de Referência.

**1. RESPONSÁVEL TÉCNICO, quando exigível:**

Nome:

Formação:

Conselho profissional:

Registro nº:

ART/RRT/TRT nº:

**2. EQUIPE DISPONÍVEL PARA EXECUÇÃO:**

<b>Nome</b>	<b>Função</b>	<b>Experiência/Capacitação</b>	<b>NR aplicável (quando houver)</b>	<b>Observação</b>

A empresa se compromete a substituir quaisquer profissionais que não cumpram as exigências de qualificação ou que não estejam disponíveis para execução, garantindo equipe suficiente durante toda a execução das Ordens de Serviço.

[Local e data]

[Assinatura do responsável legal]



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ**  
**R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões**  
**Maringá – Paraná – Cep 87.065-660**  
**CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800**

## **ANEXO VI – TERMO DE REFERÊNCIA**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À NATUREZA DO SERVIÇO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal ou preposto, DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins, estar familiarizada com a natureza e vulto dos serviços especificados, bem como com as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto.

Declara ainda que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

Maringá/PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

(Nome completo do responsável ou preposto)  
Assinatura

## **ANEXO VII – TERMO DE REFERÊNCIA**

### **– MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº [●]/2026**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº [●]/2026**

#### **REGISTRO DE PREÇOS Nº [●]/2026**

#### **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº [●]/2026**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, COMPREENDENDO PINTURA PREDIAL E PEQUENOS REPAROS NA SEDE DO CISPAR.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 04.823.494/0001-65, com sede na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martines, nº 677, Parque Industrial Mário Bulhões, Maringá/PR, CEP 87.065-660, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. [●], doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata, Edital do Pregão Eletrônico nº [●]/2026 e demais documentos integrantes do processo, resolve registrar os preços da empresa abaixo identificada, doravante denominada FORNECEDORA REGISTRADA, mediante as cláusulas e condições seguintes.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de serviços comuns de engenharia, compreendendo pintura predial interna e externa, pintura de perfis metálicos, pintura de pisos, estacionamentos e calçadas, pintura de portas de madeira, correções preparatórias, impermeabilização pontual e pequenos reparos necessários à manutenção da sede do CISPAR, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, EPIs, EPCs e demais insumos necessários, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, Termo de Referência, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e demais anexos técnicos.

1.2. A contratação decorrente desta Ata ocorrerá conforme necessidade do CISPAR, mediante emissão de Ordem de Serviço, contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente, observados os preços registrados, os saldos disponíveis e as condições previstas no processo.

1.3. A existência de preços registrados não obriga o CISPAR a contratar a totalidade dos quantitativos estimados, facultando-se a realização de contratações parciais, conforme demanda efetiva, disponibilidade orçamentária, programação administrativa e prioridades técnicas.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORNECEDORA REGISTRADA**

2.1. Fica registrado o preço da seguinte empresa:

Razão Social: [●]

CNPJ: [●]

Endereço: [●]

Telefone/e-mail: [●]

Representante legal: [●]





CPF: [●]

Responsável técnico indicado: [●]

Conselho profissional/registo: [●]

### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES REGISTRADAS

3.1. Os preços registrados correspondem ao resultado do Pregão Eletrônico nº [●]/2026, observada a proposta vencedora, a planilha readequada e os demais documentos do processo.

3.2. A Ata será registrada em lote único, com julgamento pelo menor preço global do lote, preservados os preços unitários da proposta vencedora para fins de emissão de Ordens de Serviço, medição, pagamento e controle de saldo.

Item	Grupo/Serviço	Valor estimado registrado

3.3. Os valores acima serão ajustados conforme o resultado final do certame e a planilha readequada apresentada pela fornecedora registrada.

3.4. Os preços registrados incluem todos os custos necessários à execução do objeto, inclusive mão de obra, materiais, tintas, massas, fundos, seladores, impermeabilizantes, ferramentas, equipamentos, andaimes, escadas, plataformas, EPIs, EPCs, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributos, seguros, limpeza final, descarte de resíduos, administração, lucro e demais despesas diretas e indiretas.

3.5. Os quantitativos registrados possuem natureza estimativa e destinam-se ao dimensionamento da Ata, não gerando obrigação de contratação integral pelo CISPARGO.

### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA ATA

4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura ou da data definida no Edital, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantagem dos preços registrados e observada a legislação aplicável.

4.2. A prorrogação da Ata dependerá de manifestação formal da Administração, avaliação da vantagem, disponibilidade de saldo, concordância da fornecedora registrada e formalização por instrumento próprio.

4.3. As contratações decorrentes desta Ata deverão ser formalizadas durante sua vigência, por meio de contrato, nota de empenho, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

### CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO POR ORDEM DE SERVIÇO

5.1. A execução dos serviços ocorrerá mediante emissão de Ordem de Serviço pelo CISPARGO, observada a necessidade administrativa, disponibilidade orçamentária, programação interna, saldo da Ata e preços registrados.

5.2. A Ordem de Serviço deverá indicar, sempre que possível, os serviços a serem executados, área/local de intervenção, quantitativos estimados, prazo de execução, responsável pelo acompanhamento, condições de acesso, horários permitidos e demais orientações pertinentes.

5.3. A fornecedora registrada somente poderá iniciar os serviços após o recebimento formal da Ordem de Serviço e, quando aplicável, após apresentação da ART, RRT ou TRT de execução e demais documentos

exigidos pela fiscalização.

5.4. A execução deverá limitar-se aos serviços e quantitativos autorizados na Ordem de Serviço, sendo vedada a realização de serviços adicionais, alteração de materiais, mudança de metodologia ou ampliação de escopo sem autorização formal do CISPAR.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA REGISTRADA**

6.1. São obrigações da fornecedora registrada, sem prejuízo das demais previstas no Edital, Termo de Referência, Memorial Descritivo e anexos:

- a) manter, durante a vigência da Ata e das contratações decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;
- b) executar os serviços conforme Ordens de Serviço emitidas pelo CISPAR;
- c) fornecer todos os materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, EPIs, EPCs, andaimes, escadas, plataformas e demais insumos necessários;
- d) observar as normas técnicas, ambientais e de segurança do trabalho aplicáveis;
- e) manter responsável técnico habilitado para acompanhamento da execução;
- f) apresentar ART, RRT ou TRT de execução antes do início dos serviços, quando exigido;
- g) proteger pisos, móveis, equipamentos, vidros, esquadrias, bancadas, luminárias e demais elementos que não sejam objeto dos serviços;
- h) reparar, corrigir, remover, substituir ou refazer, às suas expensas, serviços executados em desconformidade;
- i) responsabilizar-se por danos causados a bens públicos, servidores, terceiros, veículos, equipamentos, instalações e demais patrimônios;
- j) manter as áreas limpas, organizadas, isoladas e sinalizadas;
- k) realizar o descarte adequado dos resíduos gerados;
- l) apresentar relatórios, registros fotográficos, medições e demais documentos exigidos para recebimento e pagamento;
- m) garantir os serviços executados pelo prazo mínimo definido no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CISPAR**

7.1. São obrigações do CISPAR:

- a) emitir Ordem de Serviço, contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente para autorização da execução;
- b) acompanhar e fiscalizar os serviços por meio de gestor e fiscal designados;
- c) disponibilizar acesso às áreas de intervenção, conforme programação interna;
- d) verificar a conformidade dos serviços executados;
- e) realizar as medições, recebimentos provisórios e definitivos, quando cabíveis;
- f) efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente executados, medidos e aceitos;
- g) notificar a fornecedora registrada quanto a falhas, pendências ou irregularidades;
- h) aplicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA MEDIÇÃO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

- 8.1. A medição será realizada com base nos serviços efetivamente executados, conferidos e aceitos pela fiscalização, observados os preços unitários registrados e os quantitativos autorizados na Ordem de Serviço.
- 8.2. Ao término de cada etapa ou demanda, a fornecedora registrada deverá apresentar relatório de execução, medição, registros fotográficos antes/durante/depois, indicação das áreas atendidas, quantitativos executados e demais documentos exigidos no Termo de Referência.
- 8.3. O pagamento será realizado conforme condições previstas no Termo de Referência, Edital, contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente, após o atesto da fiscalização e regular liquidação da despesa.
- 8.4. Serviços executados sem autorização formal, em desacordo com a Ordem de Serviço ou não aceitos pela fiscalização não serão objeto de pagamento.

## **CLÁUSULA NONA – DA ATUALIZAÇÃO E REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 9.1. O preço registrado poderá ser atualizado, a pedido da fornecedora registrada, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da licitação, adotando-se como índice de reajustamento o Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, por se tratar de índice setorial compatível com a natureza do objeto.
- 9.2. Na hipótese de extinção, descontinuidade ou impossibilidade de utilização do INCC, será adotado outro índice oficial que venha a substituí-lo ou, na ausência deste, índice oficial que melhor reflita a variação dos custos do objeto contratado, mediante justificativa formal da Administração.
- 9.3. A revisão dos preços registrados poderá ocorrer nas hipóteses previstas na legislação aplicável, mediante comprovação de fato superveniente que altere o equilíbrio econômico-financeiro, cabendo à fornecedora registrada apresentar documentação idônea que demonstre a variação extraordinária dos custos.
- 9.4. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, o CISPAR poderá convocar a fornecedora registrada para negociação visando à redução dos preços.
- 9.5. A atualização ou revisão dos preços registrados não produzirá efeitos automáticos, dependendo de solicitação formal, análise técnica/administrativa e autorização expressa do CISPAR.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 10.1. O registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades cabíveis, quando a fornecedora registrada:
- a) descumprir as condições da Ata, do Edital, do Termo de Referência, do contrato ou instrumento equivalente;
  - b) não aceitar reduzir o preço registrado quando este se tornar superior ao praticado no mercado;
  - c) não atender Ordem de Serviço regularmente emitida, sem justificativa aceita pelo CISPAR;
  - d) não manter as condições de habilitação e qualificação exigidas;
  - e) sofrer sanção que a impeça de contratar com a Administração;
  - f) incorrer em inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.
- 10.2. O cancelamento também poderá ocorrer por razão de interesse público, caso fortuito, força maior ou fato superveniente devidamente justificado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento das obrigações assumidas sujeitará a fornecedora registrada às sanções previstas no Edital, no Termo de Referência, nesta Ata, no contrato ou instrumento equivalente e na Lei nº 14.133/2021.

11.2. As penalidades poderão ser aplicadas sem prejuízo da obrigação de reparar integralmente os danos causados ao CISPAR, a terceiros ou ao patrimônio público.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ADESÃO À ATA

Não será admitida adesão à presente Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. A subcontratação do objeto não será admitida, exceto mediante autorização prévia e expressa do CISPAR, observados os limites e condições previstos no Termo de Referência e no Edital.

13.2. A eventual autorização de subcontratação parcial não afastará a responsabilidade integral da fornecedora registrada pela execução, qualidade, segurança, garantia e cumprimento das obrigações assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº [●]/2026, o Termo de Referência, o Memorial Descritivo, a Planilha Orçamentária, as composições de custos, a memória de cálculo, o cronograma físico-financeiro, a proposta da fornecedora registrada e demais documentos do processo.

14.2. A assinatura desta Ata não gera obrigação de contratação integral pelo CISPAR, constituindo compromisso de fornecimento dos serviços nos termos registrados, conforme necessidade, disponibilidade orçamentária e emissão de instrumento próprio.

14.3. Os casos omissos serão resolvidos conforme a Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata, Edital e demais documentos integrantes do processo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Maringá/PR para dirimir dúvidas ou questões oriundas da presente Ata, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços.

Maringá/PR, [●] de [●] de 2026.

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR**  
**Órgão Gerenciador**

**[RAZÃO SOCIAL DA FORNECEDORA REGISTRADA]**  
**CNPJ nº [●]**  
**Representante legal: [●]**



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ**  
**R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões**  
**Maringá – Paraná – Cep 87.065-660**  
**CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800**

## **ANEXO VIII – MODELO DE MINUTA DE CONTRATO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. \_\_\_\_/2026  
REGISTRO DE PREÇOS Nº. \_\_\_\_/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. \_\_\_\_/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR E A EMPRESA [XXXXXXXXXX], PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA CONSISTENTES EM PINTURA E PEQUENOS REPAROS, CONFORME CONDIÇÕES CONSTANTES DO EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DEMAIS ANEXOS.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto deste contrato a execução de serviços comuns de engenharia, compreendendo pintura predial interna e externa, pintura de perfis metálicos, pintura de pisos, estacionamentos e calçadas, pintura de portas de madeira, correções preparatórias, impermeabilização pontual e demais pequenos reparos necessários à manutenção da sede do CISPAR, conforme Ordem de Serviço, Termo de Referência, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Ata de Registro de Preços e proposta da CONTRATADA.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL**

Pela execução dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ [XXXX], correspondente aos serviços efetivamente autorizados e executados, conforme Ordem de Serviço, preços registrados e medições aprovadas.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

As condições de execução constam no Edital, Termo de Referência, Memorial Descritivo, Ata de Registro de Preços, Ordem de Serviço e demais anexos do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026.

### **CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do objeto serão atendidas à conta da dotação orçamentária indicada no processo administrativo e no instrumento de contratação.

### **CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado após a execução, medição, recebimento e atesto dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal e documentos exigidos no Termo de Referência.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA ATUALIZAÇÃO E REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO**

A atualização e revisão dos preços observarão o disposto no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, no Edital e na legislação aplicável.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ**  
**R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões**  
**Maringá – Paraná – Cep 87.065-660**  
**CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZOS**

O prazo de execução será definido na Ordem de Serviço e/ou neste contrato, observadas as condições previstas no Termo de Referência e no cronograma físico-financeiro.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

Constituem obrigações das partes aquelas previstas no Termo de Referência, Edital, Ata de Registro de Preços, Ordem de Serviço, proposta da contratada e legislação aplicável.

#### **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização será exercida por servidor ou equipe designada pelo CISPAR, nos termos do Termo de Referência e da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O descumprimento das obrigações sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços, contrato e Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões permitidos pela Lei nº 14.133/2021, quando aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO CONTRATUAL**

O presente contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Maringá/PR para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

Maringá/PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ**  
**R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões**  
**Maringá – Paraná – Cep 87.065-660**  
**CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800**

## **ANEXO IX – MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DEMAIS ANEXOS TÉCNICOS**

Integram este Termo de Referência, como anexos técnicos, o Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária Sintética, Composições de Custos, Composição do BDI, Cronograma Físico-Financeiro, ART/RRT/TRT cabível e demais documentos elaborados ou validados pela engenharia.

Para referência, a planilha sintética foi elaborada com base SINAPI 03/2026 – Paraná, BDI de 23,96% e valor total estimado de R\$ 253.822,06 (duzentos e cinquenta e três mil, oitocentos e vinte e dois reais e seis centavos)









Obra  
PINTURA CISPAR

Bancos  
SINAPI - 03/2026 - Paraná

B.D.I.  
23,96%

Encargos Sociais  
Desonerado: embutido nos  
preços unitário dos insumos de  
mão de obra, de acordo com as  
bases.

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			PINTURA CISPAR		1		253.822,06	253.822,06	100,00 %
1.1			LIMPEZA E PINTURA DE PERFIS METÁLICOS , VENEZIANAS, CORRIMÃOS, BRISES E GUARDA-CORPOS		1		30.979,55	30.979,55	12,21 %
1.1.1	106170	SINAPI	LIMPEZA DE GRADIL. AF_10/2025_PS	m²	297,74	8,62	10,68	3.179,86	1,25 %
1.1.2	99814	SINAPI	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE PISO OU PAREDE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_10/2025	m²	85,67	2,08	2,57	220,17	0,09 %
1.1.3	100717	SINAPI	LIXAMENTO MANUAL EM SUPERFÍCIES METÁLICAS EM OBRA. AF_01/2020	m²	318,77	13,16	16,31	5.199,13	2,05 %
1.1.4	100754	SINAPI	PINTURA COM TINTA ACRÍLICA DE ACABAMENTO APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020	m²	79,82	39,58	49,06	3.915,96	1,54 %
1.1.5	100759	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020_PE	m²	238,96	62,34	77,27	18.464,43	7,27 %
1.2			PINTURA DE PISOS, MEIO-FIO, ESTACIONAMENTOS E CALÇADAS		1		28.943,91	28.943,91	11,40 %
1.2.1	102488	SINAPI	PREPARO DO PISO CIMENTADO PARA PINTURA - LIXAMENTO E LIMPEZA. AF_05/2021	m²	600	4,91	6,08	3.648,00	1,44 %
1.2.2	102513	SINAPI	PINTURA DE SÍMBOLOS E TEXTOS COM TINTA ACRÍLICA, DEMARCAÇÃO COM FITA ADESIVA E APLICAÇÃO COM ROLO. AF_05/2021	m²	5,28	61,23	75,90	400,75	0,16 %
1.2.3	102507	SINAPI	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE VAGA COM TINTA EPÓXI, E = 10 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	M	125,5	7,98	9,89	1.241,19	0,49 %
1.2.4	102492	SINAPI	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 3 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	m²	528,3	31,12	38,57	20.376,53	8,03 %
1.2.5	94990	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	m³	3	881,32	1.092,48	3.277,44	1,29 %

<b>1.3</b>			<b>PINTURA DE PAREDES E TETO - INTERNAS</b>		<b>1</b>		<b>82.902,09</b>	<b>82.902,09</b>	<b>32,66 %</b>
<b>1.3.1</b>			<b>CISPAR E FUNASA</b>		<b>1</b>		<b>41.385,42</b>	<b>41.385,42</b>	<b>16,30 %</b>
1.3.1.1	88489	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	1432,2	14,82	18,37	26.309,51	10,37 %
1.3.1.2	88488	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	676,05	17,99	22,30	15.075,91	5,94 %
<b>1.3.2</b>			<b>LABORATÓRIO</b>		<b>1</b>		<b>41.516,67</b>	<b>41.516,67</b>	<b>16,36 %</b>
1.3.2.1	88489	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	1462,07	14,82	18,37	26.858,22	10,58 %
1.3.2.2	88488	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	657,33	17,99	22,30	14.658,45	5,78 %
<b>1.4</b>			<b>PINTURA DE PAREDES E LAJE - EXTERNAS</b>		<b>1</b>		<b>75.976,73</b>	<b>75.976,73</b>	<b>29,93 %</b>
<b>1.4.1</b>			<b>CISPAR E FUNASA</b>		<b>1</b>		<b>48.551,19</b>	<b>48.551,19</b>	<b>19,13 %</b>
1.4.1.1	88489	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	2501,38	14,82	18,37	45.950,35	18,10 %
1.4.1.2	88488	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	116,63	17,99	22,30	2.600,84	1,02 %
<b>1.4.2</b>			<b>LABORATÓRIO</b>		<b>1</b>		<b>27.425,54</b>	<b>27.425,54</b>	<b>10,81 %</b>
1.4.2.1	88489	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	1099,65	14,82	18,37	20.200,57	7,96 %
1.4.2.2	88488	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	323,99	17,99	22,30	7.224,97	2,85 %
<b>1.5</b>			<b>PINTURA DE PORTAS DE MADEIRA</b>		<b>1</b>		<b>3.941,69</b>	<b>3.941,69</b>	<b>1,55 %</b>
<b>1.5.1</b>			<b>CISPAR E FUNASA</b>		<b>1</b>		<b>3.141,77</b>	<b>3.141,77</b>	<b>1,24 %</b>
1.5.1.1	99822	SINAPI	LIMPEZA DE PORTA DE MADEIRA. AF_10/2025_PS	m²	100,86	1,36	1,68	169,44	0,07 %
1.5.1.2	102193	SINAPI	LIXAMENTO DE MADEIRA PARA APLICAÇÃO DE FUNDO OU PINTURA. AF_01/2021	m²	100,86	2,74	3,39	341,91	0,13 %
1.5.1.3	102218	SINAPI	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO FOSCO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	m²	100,86	21,04	26,08	2.630,42	1,04 %
<b>1.5.2</b>			<b>LABORATÓRIO</b>		<b>1</b>		<b>799,92</b>	<b>799,92</b>	<b>0,32 %</b>
1.5.2.1	99822	SINAPI	LIMPEZA DE PORTA DE MADEIRA. AF_10/2025_PS	m²	25,68	1,36	1,68	43,14	0,02 %
1.5.2.2	102193	SINAPI	LIXAMENTO DE MADEIRA PARA APLICAÇÃO DE FUNDO OU PINTURA. AF_01/2021	m²	25,68	2,74	3,39	87,05	0,03 %
1.5.2.3	102218	SINAPI	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO FOSCO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	m²	25,68	21,04	26,08	669,73	0,26 %

<b>1.6</b>			<b>CORREÇÕES DE FISSURAS, BOLHAS, MOFO, IMPERMEABILIZAÇÕES, DESTACAMENTO, ETC PARA PINTURA</b>		<b>1</b>		<b>8.414,07</b>	<b>8.414,07</b>	<b>3,31 %</b>
1.6.1	97631	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	23,16	15,93	19,74	457,17	0,18 %
1.6.2	87530	SINAPI	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA ENTRE 5M² E 10M², E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	m²	23,16	48,69	60,35	1.397,70	0,55 %
1.6.3	98556	SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRÍLICA, 4 DEMÃOS, REFORÇADA COM VÉU DE POLIÉSTER. AF_09/2023	m²	23,16	69,16	85,73	1.985,50	0,78 %
1.6.4	96131	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, DUAS DEMÃOS. AF_03/2024	m²	20	36,86	45,69	913,80	0,36 %
1.6.5	95305	SINAPI	TEXTURA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	20	15,45	19,15	383,00	0,15 %
1.6.6	00004030	SINAPI	VEU DE POLIESTER PARA IMPERMEABILIZACAO	m²	30	7,93	9,83	294,90	0,12 %
1.6.7	88497	SINAPI	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	m²	100	24,06	29,82	2.982,00	1,17 %
<b>1.7</b>			<b>PROTEÇÃO DE PISOS, ESQUADRIAS, MOBILIARES, ENTRE OUTROS</b>		<b>1</b>		<b>3.313,20</b>	<b>3.313,20</b>	<b>1,31 %</b>
1.7.1	100301	SINAPI	AJUDANTE DE PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	20	33,10	41,03	820,60	0,32 %
1.7.2	00003777	SINAPI	LONA PLASTICA PESADA PRETA, E = 150 MICRA	m²	1000	1,76	2,18	2.180,00	0,86 %
1.7.3	00012815	SINAPI	FITA CREPE ROLO DE *25* MM X 50 M	UN	20	12,61	15,63	312,60	0,12 %
<b>1.8</b>			<b>PINTURA DE MURO</b>		<b>1</b>		<b>9.508,82</b>	<b>9.508,82</b>	<b>3,75 %</b>
1.8.1	99814	SINAPI	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE PISO OU PAREDE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_10/2025	m²	367,42	2,08	2,57	944,26	0,37 %
1.8.2	95626	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDE EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_03/2024	m²	367,42	18,81	23,31	8.564,56	3,37 %
<b>1.9</b>			<b>LIMPEZA FINAL DE OBRA</b>		<b>1</b>		<b>9.842,00</b>	<b>9.842,00</b>	<b>3,88 %</b>
1.9.1	9537	Próprio	LIMPEZA FINAL DA OBRA	m²	1900	4,18	5,18	9.842,00	3,88 %

**Total sem BDI**  
**Total do BDI**  
**Total Geral**

**204.786,95**  
**49.035,11**  
**253.822,06**

Rebeca Silva Rocha  
Setor de Engenharia

## Cálculo do BDI - Com desoneração sobre a folha de pagamento

### TIPOS DE OBRAS CONTEMPLADOS

Para o tipo de obra "Construção de Edifícios" enquadram-se: a construção e reforma de: edifícios, unidades

### DEMONSTRATIVO BDI

Item	Mínimo	Máximo	BDI	Identificação
AC	3,00	5,50	5,28	Administração Central
S e G	0,80	1,00	0,95	Seguro e Garantia
R	0,97	1,27	1,27	Risco
DF	0,59	1,39	1,30	Despesas Financeiras
L	6,16	7,00	6,50	Lucro
I *	5,65	10,65	6,44	Tributos *

**TOTAL** 23,96

← **BDI A SER ADOTADO (com desoneração)**

Verificação: 20,48 ← limite 20,34% a 25,00% (sem desoneração)

\* Em geral, os tributos ( I ) aplicáveis são PIS (0,65%), COFINS (3%) e ISS (variável, conforme Município, de 2 a 5% e, em alguns casos, isento).

TRIBUTOS	%
PIS	0,65
COFINS	3,00
Cont. Previd.	2,70
ISS	0,09
<b>Total</b>	<b>6,44</b>

(Contribuição Previdenciária sobre a receita bruta, no caso de desoneração na folha)

Declaramos que, conforme **legislação tributária municipal**, a base de cálculo estimada do ISS é de

**3,00%**

sobre o valor da obra e a alíquota do ISS aplicável no Município é de

**3,00%**

← (limitado a 5,00%)

### FÓRMULA

BDI calculado pela expressão:

$$BDI = \{ [ (1+AC/100+S/100+R/100+G/100) \times (1+DF/100) \times (1+L/100) / (1-I/100) ] - 1 \} \times 100$$

Local/Data

Eng./Arq. Responsável

Nome:

CREA/CAU:

ART/RRT nº:

Representante Tomador

Nome:

**PREENCHER  
SOMENTE CAMPOS  
EM AMARELO**

## Cálculo do BDI - Com desoneração sobre a folha de pagamento

### TIPOS DE OBRA CONTEMPLADOS

Enquadram-se como "Fornecimento de Materiais e Equipamentos" especificamente o fornecimento de materiais

### DEMONSTRATIVO BDI

Item	Mínimo	Máximo	BDI	Identificação
AC	1,50	4,49	2,00	Administração Central
S e G	0,30	0,82	0,50	Seguro e Garantia
R	0,56	0,89	0,70	Risco
DF	0,85	1,11	0,95	Despesas Financeiras
L	3,50	6,22	4,00	Lucro
I *	5,65	5,65	6,35	Tributos *

**TOTAL 15,69**

← **BDI A SER ADOTADO (com desoneração)**

Verificação **12,45** ← limite 11,10% a 16,80% (sem desoneração)

\* Em geral, os tributos ( I ) aplicáveis são PIS (0,65%), COFINS (3%) e ISS (variável, conforme Município, de 2 a 5% e, em alguns casos, isento).

TRIBUTOS	%
PIS	0,65
COFINS	3,00
Cont. Prev	2,70
ISS	0,00
<b>Total</b>	<b>6,35</b>

(Contribuição Previdenciária sobre a receita bruta, no caso de desoneração na folha)

← **ISS para fornecimento de materiais e equipamentos é igual a 0,00%.**

### FÓRMULA

BDI calculado pela expressão:

$$BDI = \{ [ (1+AC/100+S/100+R/100+G/100) \times (1+DF/100) \times (1+L/100) / (1-I/100) ] - 1 \} \times 100$$

Local/Data

Eng./Arq. Responsável

Nome:

CREA/CAU

ART/RRT



# **MEMORIAL DESCRITIVO**

## **MANUTENÇÃO DA PINTURA DO CENTRO DE REFERÊNCIA E LABORATÓRIO DE ALTA COMPLEXIDADE DO CISPAR**

### **1. OBJETIVO**

O presente Memorial Descritivo tem por objetivo estabelecer as diretrizes, especificações técnicas, materiais, procedimentos executivos e condições gerais para a execução dos serviços de manutenção da pintura interna e externa do prédio do CISPAR, compreendendo preparação de superfícies, correções localizadas, aplicação de seladores, massas e pinturas de acabamento, visando garantir qualidade, segurança, durabilidade, proteção das superfícies e adequado padrão estético da edificação.

### **2. ESPECIFICAÇÕES GERAIS**

Os serviços de pintura deverão ser executados em toda a área definida pela fiscalização, compreendendo fachadas externas, paredes internas, beirais, forros, esquadrias metálicas e de madeira, grades, corrimãos e demais elementos aparentes da edificação.

Todos os serviços deverão ser executados por mão de obra qualificada, obedecendo às recomendações dos fabricantes dos materiais empregados, às normas técnicas vigentes e às determinações da fiscalização.

A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, andaimes, balancins, equipamentos de proteção individual e coletiva, transporte, sinalização e demais itens necessários à perfeita execução dos serviços.

Todos os empregados, prepostos e colaboradores da CONTRATADA envolvidos na execução dos serviços deverão permanecer devidamente uniformizados durante toda a permanência nas áreas de trabalho, utilizando vestimenta padronizada compatível com a atividade desempenhada, em adequado estado de conservação e higiene, bem como portar identificação funcional visível contendo, no mínimo, nome do colaborador e identificação da empresa. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo fornecimento, reposição e fiscalização do uso obrigatório dos uniformes, crachás e equipamentos de proteção individual exigidos pelas normas de segurança do trabalho, podendo a



CONTRATANTE impedir o acesso ou determinar a retirada de qualquer trabalhador que esteja em desconformidade com tais exigências.

As cores e padrões de acabamento serão definidos previamente pela fiscalização do CISPAR.

### **3. NORMAS TÉCNICAS A SEREM OBSERVADAS**

Todos os materiais, serviços, procedimentos executivos, critérios de desempenho, controle tecnológico, inspeções e ensaios deverão atender integralmente às normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como às demais legislações, regulamentos e especificações aplicáveis ao objeto.

Deverão ser observadas, em especial, as seguintes normas técnicas:

- ABNT NBR 14847:2023;
- ABNT NBR 13245:2011;
- ABNT NBR 14951-1:2018;
- ABNT NBR 15575;
- ABNT NBR 11702;
- ABNT NBR 15079.

Além das normas acima relacionadas, deverão ser atendidas todas as normas complementares pertinentes aos materiais empregados, métodos executivos, segurança do trabalho, desempenho, controle de qualidade e especificações dos fabricantes.

Na ausência de norma brasileira específica, poderão ser adotadas normas internacionais tecnicamente reconhecidas, desde que previamente aprovadas pela fiscalização.

### **4. SEGURANÇA DO TRABALHO, ANDAIMES E BALANCINS**

Devido à altura de alguns elementos da edificação, deverão ser adotadas todas as medidas de segurança previstas na legislação vigente, especialmente:

- NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- NR 35 – Trabalho em Altura.

As atividades em altura poderão ser executadas mediante utilização de balancins manuais ou elétricos, andaimes tubulares, andaimes fachadeiros ou outros sistemas adequados, desde que garantidas as condições de estabilidade e segurança.

Todos os trabalhadores deverão utilizar os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs adequados, incluindo, no mínimo:

- capacete;
- cinto de segurança tipo paraquedista;
- talabarte duplo;
- luvas;
- óculos de proteção;
- calçados apropriados;
- vestimentas adequadas à atividade

A CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização os comprovantes de treinamento e capacitação dos funcionários para trabalho em altura, quando aplicável.

Deverão ser instaladas sinalizações, barreiras, fitas de isolamento e demais dispositivos de proteção coletiva necessários à segurança dos trabalhadores e usuários da edificação.

## **5. MATERIAIS E PRODUTOS UTILIZADOS**

Os materiais empregados deverão ser novos, de primeira linha, sem defeitos de fabricação e adequados às condições de exposição e utilização.

Poderão ser utilizados os seguintes materiais:

- tinta acrílica para áreas internas e externas;
- tinta esmalte sintético para superfícies metálicas e madeira;
- tinta óleo, quando tecnicamente aplicável;
- textura acrílica para acabamento decorativo e proteção de superfícies internas e externas, lisa ou texturizada, conforme especificação do serviço;
- selador acrílico;
- fundo preparador de paredes;
- fundo anticorrosivo para metais;
- massa acrílica;
- solventes e diluentes recomendados pelos fabricantes;
- fitas de proteção, lonas e plásticos de isolamento.

As tintas deverão possuir resistência às intempéries, lavabilidade e durabilidade compatíveis com o ambiente de aplicação, sendo admitidas marcas de referência como Suvinil, Coral, Sherwin Williams ou equivalente técnico aprovado pela fiscalização.

Não serão aceitos materiais de baixa qualidade, reaproveitados, adulterados, vencidos ou sem identificação de procedência.

Toda tinta e material aplicado deverá ter o selo de qualidade da ABRAFATI e certificação INMETRO.

## **6. PROCESSO EXECUTIVO DA PINTURA**

Os serviços de pintura deverão ser executados por profissionais especializados, observando-se as seguintes diretrizes gerais:

### **6.1 Preparação das Superfícies**

Antes do início da pintura, todas as superfícies deverão ser cuidadosamente inspecionadas e preparadas, eliminando-se:

- fissuras;
- trincas;
- bolhas;
- eflorescências;
- mofo;
- destacamentos;
- pulverulência;
- infiltrações;
- partes soltas ou mal aderidas.

As superfícies deverão permanecer limpas, secas, firmes e isentas de poeira, óleo, gordura, ferrugem ou qualquer substância que prejudique a aderência da pintura.

A aplicação das demãos subsequentes somente poderá ocorrer após completa secagem da demão anterior, respeitando-se o intervalo mínimo recomendado pelo fabricante, nunca inferior a 24 horas.

Deverão ser aplicadas tantas demãos quantas forem necessárias para obtenção de acabamento uniforme, sem manchas, falhas, transparências ou diferenças de tonalidade.

Não deverão ser executados serviços de pintura em dias chuvosos, com elevada umidade ou condições climáticas inadequadas.

## **6.2 Pintura de Paredes em Alvenaria**

As paredes deverão receber lixamento, limpeza, aplicação de selador acrílico e emassamento com massa acrílica, de modo a proporcionar superfície lisa, homogênea e adequada ao acabamento final.

Após o preparo, deverão ser aplicadas, no mínimo, duas demãos de tinta látex acrílica.

Em superfícies com pintura antiga em bom estado, deverá ser realizado lixamento para eliminação do brilho e limpeza completa da superfície.

Quando houver partes soltas, reboco deteriorado ou pintura em mau estado, estas deverão ser removidas mediante raspagem e lixamento, com posterior aplicação de fundo preparador e recomposição das áreas danificadas.

Problemas de umidade ou infiltração deverão ser solucionados previamente à execução da pintura.

## **6.3 Pintura de Esquadrias de Madeira**

As esquadrias de madeira deverão ser lixadas, emassadas quando necessário e preparadas adequadamente para aplicação de esmalte sintético.

Após o lixamento final e limpeza da superfície, deverão ser aplicadas as demãos necessárias para obtenção de acabamento uniforme e sem imperfeições.

Quando a pintura existente estiver deteriorada, deverá ser realizada remoção total das partes comprometidas por meio de raspagem, lixamento ou removedor químico apropriado.

## **6.4 Pintura de Peças Metálicas**

As superfícies metálicas deverão ser lixadas e limpas, removendo-se integralmente ferrugem, graxa, óleo e partículas soltas.

Nas áreas onde houver exposição do metal, deverá ser aplicada uma demão de fundo anticorrosivo antes da pintura de acabamento.

O acabamento deverá ser executado com esmalte sintético aplicado a pincel, rolo ou pistola, conforme necessidade técnica.

## **7. LIMPEZA FINAL E ENTREGA DOS SERVIÇOS**

Ao término dos serviços, a CONTRATADA deverá executar limpeza completa das áreas de trabalho, compreendendo:

- remoção de fitas, plásticos e proteções;
- limpeza de respingos de tinta;
- limpeza de pisos, vidros e superfícies adjacentes;
- desmontagem e retirada de andaimes, balancins e equipamentos;
- remoção integral de resíduos e entulhos.

A edificação deverá ser entregue em perfeitas condições de limpeza, segurança e utilização.

Os serviços somente serão considerados concluídos após vistoria e aprovação da fiscalização do CISPAR.

## **8. DESTINAÇÃO E DESCARTE DE RESÍDUOS**

Todos os resíduos gerados durante a execução dos serviços deverão ser acondicionados, armazenados, transportados e destinados em conformidade com a legislação ambiental vigente e normas técnicas aplicáveis.

A CONTRATADA será integralmente responsável pela coleta, segregação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos provenientes da execução dos serviços, incluindo:

- resíduos de lixamento e raspagem;
- entulhos;
- latas de tinta;
- embalagens de solventes e diluentes;
- materiais contaminados com tinta e solvente;
- estopas, pincéis, rolos e lixas utilizados;
- resíduos provenientes da limpeza de equipamentos.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ**  
**R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões**  
**Maringá – Paraná – Cep 87.065-660**  
**CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800**

Fica expressamente proibido o descarte de resíduos em rede de drenagem, rede de esgoto, solo, terrenos baldios, corpos hídricos ou lixo doméstico comum.

Os resíduos classificados como perigosos deverão receber destinação específica por empresa legalmente habilitada, quando aplicável. A CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização os comprovantes da destinação final adequada.

Não será permitida a queima de resíduos no local da execução dos serviços.

## **10. DISPOSIÇÕES FINAIS**

A obra deverá ser executada dentro do prazo contratual e entregue devidamente limpa, sem resíduos, entulhos ou materiais remanescentes.

Qualquer dúvida, divergência técnica ou omissão verificada neste Memorial Descritivo deverá ser submetida previamente à fiscalização do CISPAR para análise e deliberação.

Os desenhos técnicos, plantas e demais documentos gráficos fornecidos pela CONTRATANTE possuem caráter exclusivamente referencial, tendo em vista que as instalações existentes poderão ter sofrido alterações ao longo do tempo em decorrência de manutenções, reformas, ampliações, demolições, substituições de materiais, alterações de cores, remanejamentos de elementos construtivos e demais intervenções não contempladas nos projetos anexados. Dessa forma, caberá à CONTRATADA realizar prévia vistoria e conferência das condições reais existentes no local antes da execução dos serviços, não podendo alegar desconhecimento posterior em razão de divergências entre os projetos fornecidos e a situação efetivamente verificada em campo.

A fiscalização poderá exigir a substituição de materiais ou a reexecução de serviços que apresentem qualidade inferior, falhas executivas ou desconformidade com as especificações técnicas estabelecidas.

## **11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU competente, comprovando a execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação.

Será considerada compatível a comprovação de execução de serviços de pintura predial interna e/ou externa em edificações, em quantitativo mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) da área prevista para a presente contratação.





**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ**  
**R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões**  
**Maringá – Paraná – Cep 87.065-660**  
**CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800**

Para atendimento ao quantitativo mínimo exigido, a licitante deverá comprovar a execução de, no mínimo, 1.500,00 m<sup>2</sup> (mil e quinhentos metros quadrados) de serviços de pintura.

Serão aceitos somatórios de atestados, desde que os serviços apresentados sejam compatíveis com o objeto licitado e estejam devidamente vinculados às respectivas CATs.

A Administração poderá realizar diligências para verificação da autenticidade dos documentos apresentados, bem como da compatibilidade técnica dos serviços executados.